

"ESTES TORTURADORES MATARAM MEU PAI"



Es um deles, David Araújo dos Santos

Ex-presos políticos dá os nomes de integrantes do DOI-CODI de São Paulo que torturaram e assassinaram, no dia 17 de abril de 1971, Joaquim de Alencar Seixas. Um dos denunciados, David Araújo dos Santos, vulgo «Capitão Lisboa», continua reprimido à solta, como provam as fotos publicadas por este semanário. E mais: o jornal «Folha da Tarde», estranhamente antecipando-se ao crime, deu manchete anunciando a morte de Joaquim, quando ele ainda estava vivo,

Última página.

EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL — Cr\$ 15,00 — ANO II — Nº 57 — DE 29/03 A 4 DE ABRIL DE 1979

Especial

Os 15 anos da ditadura, um por um. Fotos e retrospectiva.

E mais: os crimes do regime, em grandes números; depoimentos de Eduardo Suplicy, João Paulo Vasconcelos, Plínio Marcos, DCE da UFMG, Jacob Gorender e outros. E ainda: a esquerda nos idos de março de 1964.

Páginas 5, 6 e 7

Greve

ABC: Reconquista dos Sindicatos

Págs 3 e 4



Fidel Castro toma posição sobre os conflitos na Indochina.

Página 9

No dia da morte de Getúlio, o PC prepara greve numa fábrica da Zona Leste de São Paulo. Memórias de Félix Nunes, primeira parte.

Página 8

LOJAS COBRAM ATÉ 1.500% DE JUROS!



Vitória dos professores no Rio de Janeiro. Conquistadas as principais reivindicações.

Página 11

Campanha pela libertação

O problema da libertação de Flávio Schilling e Flávio Koutzli é unicamente político. Esta afirmação foi feita pelo deputado defensor e advogado do Flávio, Ailton Soares, MDB/SP, no ato público promovido pelo Comitê Brasileiro pela Anistia, Movimento Feminino pela Anistia e Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro, realizado no dia 22 de março na Associação Brasileira de Imprensa, ABI/RJ.

Com a presença da mãe de Flávio, Dona Clara Koutzli e do advogado de Flávio, Décio Freitas, deu-se início no Rio a campanha nacional pela imediata libertação de Flávio, iniciada no mês passado em Porto Alegre. Estudante de Economia, ex-presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia da UFRGS e integrante da direção nacional da UNE, Flávio encontra-se preso na Argentina desde maio de 1975. Ele deixou o Brasil em 1970 quando, segundo sua mãe, começou a ser procurado pelos órgãos ditos de segurança. Tendo se exilado inicialmente na França e tendo sido condenado à revelia, Flávio finalmente optou pelo exílio na Argentina. Em 11 de maio Flávio juntamente com sua companheira foram presos

sub a acusação de atividades contrárias ao regime, m o que na época foi chamado de «complot internacional». Tendo passado mais de 11 meses na prisão sem ter uma acusação formal por parte da ditadura militar argentina, Flávio foi condenado pois as provas da defesa não foram sequer consideradas.

Da sua prisão em 1975 até hoje, Flávio passou por várias prisões e foi barbaramente torturado, tendo tido como consequência disto uma hipertensão arterial e obstrução da irrigação do ventrículo esquerdo.

O advogado Décio Freitas depois de fazer um relato detalhado da situação de Flávio Schillings confessou sua profunda decepção quanto a situação de Azeredo da Silveira, ex-ministro das Relações Exteriores, que havia se comprometido a libertar Flávio antes da posse de Figueiredo.

Finalizando, o deputado Ailton Soares informou ainda que uma comissão de parlamentares brasileiros deverá no prazo mais curto possível visitar os dois compatriotas, mas salientou mais uma vez que somente a mobilização popular poderá forçar de maneira eficaz a libertação deles. (Sucursal do Rio)



Metalúrgicos gaúchos em campanha

Sofrendo uma indistigável influência de seus companheiros paulistas - que pararam as fábricas do ABC - os metalúrgicos gaúchos iniciaram, na sexta-feira, dia 16, a campanha salarial de 1979.

«Casa cheia, já no começo da luta, é um bom sinal», comentavam os trabalhadores antes de começar a Assembleia que reuniu em torno de mil metalúrgicos, na sede do Sindicato, no bairro operário do Passo da Areia. Dos 19 itens apresentados na Assembleia, três deles foram considerados os mais prioritários e «deles não vamos arredar pés», reafirmavam os vários trabalhadores que falaram na reunião.

O primeiro e mais importante é o aumento salarial de 69 por cento sobre o último assídio. A segunda reivindicação prioritária dos metalúrgicos de Porto Alegre é o estabelecimento do piso salarial em três salários mínimos e, a terceira reivindi-

cação, refere-se a estabilidade dos delegados sindicais.

Por proposta de um membro do plenário foi também aprovada a formação de uma Comissão Salarial que acompanhasse a direção do Sindicato nas negociações e ao mesmo tempo contribuísse para a organização da campanha.

Aprovadas por unanimidade todas as propostas, o presidente Adão Haggstrom, normalmente moderado em suas intervenções, também refletiu os novos ventos: «Metalúrgicos, chegou a nossa vez! A abertura é uma conquista, não foi concedida. Vamos para as próximas reuniões, as próximas assembleias, vamos desta vez quebrar a força do capital que sempre nos esmagou. Nas próximas assembleias esperamos ter que falar da janela pois o Sindicato ficará pequeno para abrigar todo mundo».

Professores expulsos no Rio Grande do Sul

A PUC de Porto Alegre expulsou dois professores sem apresentar os motivos que a levaram a esse ato, demonstrando que a má qualidade do ensino no Brasil não é só culpa da CIA ou das Multinacionais. A própria Universidade está interessada em deteriorar ainda mais a já precária educação que estamos legando aos nossos filhos.

Os estudantes dos cursos de Sociologia e Filosofia, os

atingidos com a medida, fizeram uma Assembleia Geral onde tiraram uma nota que foi distribuída à imprensa, dizendo que «expulsando os professores Rubem Prá e Ari Minella, que cometeram o grave delito de induzirem seus alunos a pensar, a Reitoria da PUC deu prova incontestável de seu zelo em resguardar a finalidade máxima da Universidade: formar idiotas».

As regras do jogo, segundo o governo.

O sr. Said Farhat, em seu triste papel de porta-voz do governo, disse que o projeto opcionista de anistia não será aceito porque representaria uma mudança das regras do jogo. Que regras são essas, poderíamos perguntar. Mas, em vez disso, podemos lembrar que o 31 de março em si foi uma mudança das regras do jogo, o AI-2 que acabou com os antigos partidos - foi outra, o AI-5 foi outra, o pacote de abril foi outra. Então, o governo não tem moral para opor-se a

nenhuma mudança de «regras do jogo», pois é ele mesmo que vem proporcionando o total desrespeito a qualquer regra pré-estabelecida. A diferença é que as mudanças têm sido sempre a favor das classes pró-ditatoriais. A anistia, no caso, seria uma mudança a favor daqueles que, em outras épocas, se revoltaram justamente contra as constantes mudanças de «regras do jogo» visando perpetuar a regime. Portanto, arranja outra desculpa, Farhat, que essa não pega. (RVN)

Pró-UNE

A Comissão Nacional Pró-Reconstrução da UNE (União Nacional dos Estudantes), que é formada por DCEs de todo o País e ainda a UEE-SP, reuniu-se nos últimos dias 26 e 27 em Brasília. Apesar da ameaça de invasão ocorrida na madrugada do dia 26, quando caminhões da Tropa de Choque circularam pelo campus da Universidade de Brasília, 2º reunião transcorreu normalmente.

As entidades estudantis aprovaram na reunião um documento a ser entregue ao ministro da Educação, Eduardo Portela. No documento eles reivindicam o esclarecimento do paradeiro de Honestino Guimarães, o último presidente da UNE, desaparecido desde outubro de 1973, quando foi preso. Reivindicam também uma verba de 500 mil cruzeiros para a realização do Congresso de Reconstrução da UNE, que deverá ser realizado nos dias 29 e 30 de maio, em Salvador. A Comissão Pró-UNE defende no documento a necessidade de melhores condições de ensino e de mais verbas para a educação, se declarando contra a institucionalização do ensino pago nas universidades públicas. (S.A.)

Universidade invadida

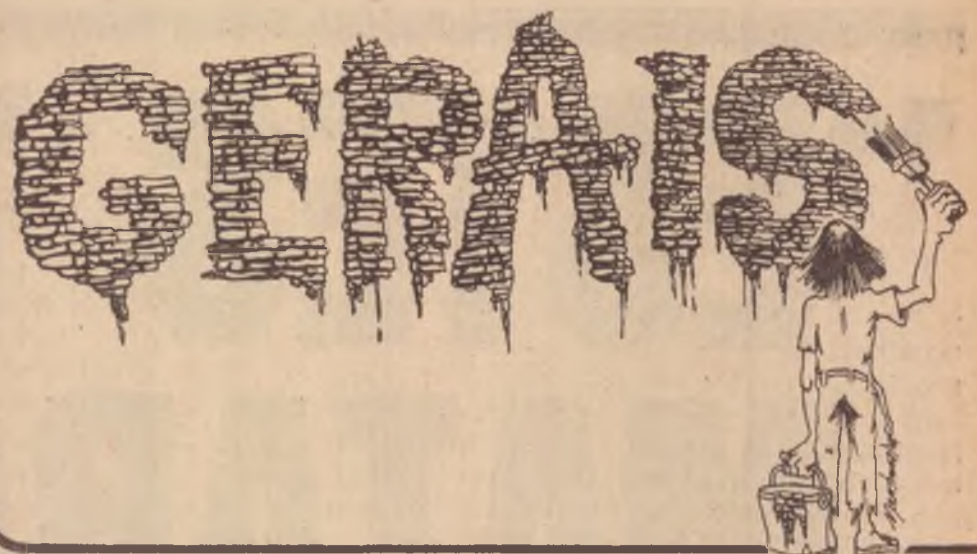
O reitor da Universidade Federal de Viçosa (MG) Mário Del'Ceudece, requisiou um pelotão da Polícia Militar de Barbacena, que no último dia 27 invadiu o campus daquela Universidade. O reitor proibiu a continuidade da realização das assembleias e fechou o restaurante universitário. Imediatamente os estudantes de Viçosa entraram em greve, paralyzando todos os 18 cursos.

Os estudantes enviaram uma comissão a Belo Horizonte, onde esta denunciou o fato na Assembleia Legislativa. No mesmo dia uma comissão de estudantes de Viçosa e o Diretório Central de Estudantes da UFMG seguiram para Brasília para fazer a denúncia ao Congresso e junto ao Ministro da Educação, Portela II.

Justiça e Paz

Foi criada em Porto Alegre a Comissão de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul. A nova entidade será submetida à CNBB para ser transformada em Comissão de Justiça e Paz. O Secretário Geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Ivo Lorscheider, já manifestou seu apoio ao novo órgão, apesar do Cardeal Metropolitano, Dom Vicente Scherer, ter se posicionado contra, no início do movimento.

A Teologia da Libertação serviu de base a todas as teses dos palestrantes. Entre os itens aprovados, estão «apoio e solidariedade aos presos políticos detidos na Argentina, à Ordem dos Advogados pela posição tomada diante do sequestro dos uruguaios em Porto Alegre, à anistia (que segundo Dom Ivo Lorscheider não comporta adjetivos), aos movimentos sindicais, ao direito de greve, e a todas as iniciativas populares que visam dar ao homem um melhor nível de vida».



Vitória e mobilização da saúde carioca

Sábado, dia 24 último a Assembleia dos Profissionais da Saúde do Rio, lotou mais uma vez o auditório da ABI. No entanto, o documento do governo Chagas Freitas em resposta às reivindicações dos professores e também dos trabalhadores da saúde, contribuiu para arrefecer um pouco o ânimo dos prováveis grevistas. Na 2ª feira anterior, os profissionais deste setor marcaram greve para zero hora do dia 26. Marcaram também esta assembleia do sábado, onde avaliariam a preparação da greve nos hospitais e as possíveis respostas do governo às suas reivindicações.

A resposta veio a satisfazer à grande maioria das entidades representativas, apesar de conter ambiguidades que precisam ser esclarecidas. Neste sentido a assembleia votou a favor de suspender a greve de 2ª feira, porém mantendo-se todas as categorias mobilizadas, acompanhando o desdobramento das negociações com o governo.

Se de um lado foi considerado pela assembleia uma vitória o fato do governo atender a certos pontos e abrir a negociação sobre outros, não faltaram colocações acerca do perigo da euforia antecipada. O sindicato dos médicos

propôs um prazo de 15 dias, proposta considerada desmobilizante pela associação dos médicos residentes, a qual propunha 7 dias. Depois de um tom-lá-dá-cá, fechou-se em torno de 10 dias. Se até lá, as propostas do Sr. Chagas Freitas redundarem em nada ou muito pouco, volta-se a colocar a greve na ordem do dia.

E é bom que não se perca o ânimo, porque se os médicos residentes foram totalmente atendidos em suas reivindicações e se os médicos estão parcialmente satisfeitos com o que já foi conseguido, outras categorias que trabalham nesta área ainda aguardam resposta. (SR)

Amazônia em debate

O DCE da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro promoveu quarta-feira, dia 21 de março, um debate sobre «A Devastação da Amazônia», convidando a imprensa alternativa para participar da mesa coordenadora. EM TEMPO esteve presente, chamando a atenção que a «questão da Amazônia» em particular e a «questão agrária» no Brasil deve ser analisada sob o ponto de vista dos interesses das classes trabalhadoras do campo e da cidade, contrapondo-se a uma visão tão somente ecológica ou estritamente nacionalista. Isto significa analisar a devastação da Amazônia como processo de penetração do capital oligopólico, nacional e estrangeiro, em detrimento das condições de vida da população rural brasileira, acelerando os conflitos sociais naquela região. (S.R.)

FIGUEIREDO QUER RESULTADOS IMEDIATOS NO CAMPO.

SE VOCÊ NÃO CRESCEM JÁ, EU LHE PRENDO E ARREBENTO!!!



Bancários querem antecipação

Os bancários de Porto Alegre realizaram nesta semana sua primeira Assembleia Geral visando uma antecipação salarial não reajustável de 30 por cento, a partir de março. Aproximadamente mil trabalhadores compareceram na Assembleia para ouvirem o presidente do Sindicato, O-

lívio Dutra, dizer que «o lucro dos bancos nos últimos 15 anos foi de 265 por cento», baseado num estudo feito pelo DIEESE. A campanha é a nível estadual e a Federação, que congrega 23 sindicatos no Rio Grande do Sul, já entregou a proposta à Federação patronal, dando um prazo de 15

dias para a obtenção de uma resposta. Para o presidente da Federação, «só um aumento como esse pode devolver em parte tudo que o bancário vem perdendo nos últimos anos, pois sentimos que com o que recebemos no fim de cada mês, compramos cada menos».

Assine EM TEMPO:

Advertisement for 'EM TEMPO' magazine. Includes a photo of a group of people and the headline 'PRESOS DENUNCIAM 233 TORTURADORES'. Text below the photo reads: 'O Ustão completo dos policiais e militares acusados...'. At the bottom, there is a form for subscription information.

Subscription form for 'EM TEMPO' magazine. Fields include: Nome, Idade, Endereço, Bairro, Estado, CEP, End. Comercial, Horário, Fone, Estão enviando o cheque n°, do Banco, em nome da Editora: Aparte S/A, Rua Bernardo Guimarães 1884, Lourdes, Belo Horizonte MG CEP 30.000, Em São Paulo Rua Matheus Grou, 57 Pinheiros São Paulo (SP) CEP 05415, fone 853-6680. Pricing: Anual: Cr\$ 600,00; Semestral: Cr\$ 350,00. Exterior: Anual: US\$ 90,00; Semestral: US\$ 50,00.



Filósofos contra os «censurados»

Os filósofos paulistas entraram na briga da PUC do Rio de Janeiro. Na última assembleia da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas regional São Paulo, dia 24, foi aprovada uma moção onde eles «protestam contra a atitude de alguns professores da PUC-RJ que se aproveitaram de uma divergência na composição de uma apostila de textos para caracterizar o Departamento de Filosofia daquela Universidade como ideologicamente sectário».

supressão da licenciatura de Filosofia, a redução dos estudos filosóficos ao nível da pós-graduação e o enquadramento e controle profissional dos professores mediante uma «carteira de filósofo» concedida pela burocracia federal. 3) que, na presente circunstância, a envigadura dos acontecimentos sócio-políticos ocorridos no País torna suspeito o espaço concedido por parte da imprensa a uma questão interna de um Departamento de Filosofia.

A SEAF de São Paulo afirma sua total solidariedade aos colegas da PUC-RJ, repudia o conteúdo e a forma das acusações lançadas contra eles e contra instituições como a SBPC e a ADUSP, considera estranho que os censores de ontem tentem passar, hoje, por censurados, e manifesta sua apreensão pelo desencadeamento de acusações que podem redundar nas costumeiras perseguições, continuando a sistemática repressão das atividades intelectuais no Brasil.»



EM TEMPO:

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Carlos Tibúrcio, Flaminio Fantini, Flávio Andrade, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Sérgio de Carvalho Alli, Tom Duarte, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente), Suplentes: Paulo Cavalcanti, Valmir Menezes, Luci Ayala, Maria Cândida. DIRETORES: Flávio Andrade (Diretor Presidente), José Luiz Nadai, Tom Duarte, Carlos Tibúrcio, Robinson Ayres. Secretário de Redação: José Luiz Nadai. Editor Geral: Carlos Tibúrcio. EDITORIAS: Nacional: Flaminio Fantini, Tibério Canuto, Antonio Espinosa, Jorge Baptista, Antonina Silveira, Carlos Savério, Antonio de Pádua Prado Jr., Fábio Munhoz, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Maria Moraes, Paulo Sérgio, Sérgio Ali, Elvira Oliveira, Jesus Varela, Wilson Prudente, Maria Cândida, Sebastião Santos Jr., Terezinha V. Ferreira. Internacional: Carlos Eduardo Matos, Lionel Almeida, Aluisio José Monteiro, Altair Moreira, Cecília Tompson, Cleide Ono, Elzezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Marineide Oliveira Olgária Matos, Suzana Rios, Virginia Pinheiro. Suplemento Cultural: Flávio Aguiar (Coordenador), Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valdezer Amorim.

Arte e Produção: Coordenação Geral e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges Diagramação: Sergio Papi e Fábio Prado; Ilustração: Sian, Martinez, Cadinho, Cida, Beto Maringoni, Claudio, Nilson e G.M.D. Fotos: Jesus Carlos e Ennio Brauns Filho; Revisão: Alfredo Maria de Souza, Arquivo e Pesquisa: Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Queiroz, Silvestre Prado, Valdezer Amorim.

SUCURSAIS: Belo Horizonte: (R. Bernardo Guimarães, 1884) Alberto Duarte (Chefe da sucursal), Edgar da Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lelio Santos Maizé Trindade, Moaridino Godinho, Paula Régis Paula Vilara, Ricardo Rabelo, Sergio Asphan (redação); Mariza Araújo (administração). Porto Alegre: (av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schimer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Claudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. Rio de Janeiro (r. da Lapa 200, sala 408) Adauto Novaes, Antonio José Mendes, Fernando Karan, Carlos Alberto Bahia, Clotilde Hasseimann, Fernanda Coelho, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Orlando Guilhon Braga, Sergio Sbragio. Salvador: (Av. Sete de Setembro, 202 - sala 501) Adelmio Oliveira, João Henrique

Antônio Dias, Emilliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria.

ESCRITÓRIOS - Recife: Antonio Sergio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, Fred Navarro, Márcio Tavares, Eliane Veloso, Marina Lima, Mario Everaldo, Riva M. Nogueira; Aracaju: David Dantas, Campinas: Rinaldo Barros, Maria Alice, Fortaleza: Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos, José Saraiva, Vinívio de Araújo (administração) e distribuição). João Pessoa: Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos. Natal: Cicero Correia, Francisco de Assis, Macaé: Régis Cavalcanti, Campina Grande: Jonas Araújo.

ADMINISTRAÇÃO: (São Paulo) Isac Barbosa da Silva, Aparecida da Silva, João Carlos, Samira Zaidan, Edward Silva; Moynéa Brauns, Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Alberto Marcondes Piccina (São Paulo), Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte), Adelmio Oliveira (Salvador).

Diretor - Responsável: Robinson Ayres. EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP 05415 - Telefones: 280-4759 - 853-6680 Distribuidora (Rio, SP, BH, Brasília): Super Bancas. Composto e impresso nas oficinas dos Diários Associados. Rua Sete de Abril, 230 - São Paulo - SP.

Trégua no ABC: a volta sem derrota.

80 mil metalúrgicos voltaram novamente ao Estádio Municipal «Costa e Silva» em São Bernardo do Campo na última terça-feira, 27, ocupado durante cinco dias pelas tropas da Polícia Militar. O retorno ao local de suas assembleias teve um preço bem preciso, voltar ao trabalho. Aceitando uma proposta que rejeitara dias antes, a massa metalúrgica mesmo assim parece conservar o moral elevado, depois de 15 dias de paralisação. Luis Inácio da Silva, o Lula, saiu do Estádio como vencedor, numa situação onde muitos fracassariam. Mais uma vez o seu magnetismo, carisma e popularidade se impuseram. Da mesma forma com que decretou a greve, conseguiu encerrá-la, prometendo retomá-la caso as reivindicações dos trabalhadores não sejam atendidas.

Por Tom Duarte

Se já não bastasse a intervenção do bispo, até São Pedro parecia estar a favor. Depois de três dias de chuva que não conseguiram abater a combatividade e o ânimo dos metalúrgicos em greve, um sol com todos os seus raios iluminava São Bernardo. Um céu de brigadeiro (até onde é possível um céu de brigadeiro numa cidade poluída), uma brisa suave e uma temperatura agradável completavam o quadro. Estava pronto o cenário para a grande assembleia, a 11ª realizada desde aquela chuvosa noite de segunda-feira, 12 de março, em que foi decretada a greve geral em todo o ABC paulista.

O próprio fato de se ter transferido a assembleia marcada inicialmente para o Paço Municipal de São Bernardo, para o Estádio «Costa e Silva», na Vila Euclides, já prenunciava que algo importante estava para acontecer, que uma grande decisão já estava alinhavada e a meio caminho, pronta para ser submetida à decisão dos 80 mil metalúrgicos que praticamente o tomavam.

Pois, até o dia anterior, aquele local, que servira para a realização de todas as assembleias durante a greve, esteve ocupado, a partir de quinta-feira, dia da intervenção no sindicato de São

Bernardo. A liberação do Estádio não viria de graça.

São 15h40m quando Luis Inácio da Silva, a estrela principal do espetáculo, chega. Pela companhia, pelo semblante carregado que não o abandona nem mesmo quando é carregado pela massa até o palanque, mostram que a jornada seria difícil. Abrindo alas, chega o advogado do Sindicato, dr. Maurício, que reaparece publicamente pela primeira vez, desde a intervenção.

Chegam o prefeito Tito Costa, alguns deputados do MDB, dirigentes sindicais, como David Moraes, dos Jornalistas, Jacó Bittar, dos Petroleiros de Campinas, Antonio Oliveira, dos Jornalistas de Porto Alegre, Henos Amorina, dos Metalúrgicos de Osasco, João Paulo de Vasconcelos, ex-presidente dos Metalúrgicos de Monlevade, Minas Gerais.

— Ministro de Brasília só vem pra atrapalhar, grita em coro um grupo de operários postados bem em frente ao palanque. Quando Lula chega perto do microfone é a ovação de sempre: «Lula, Lula, Lula», revistas e jornais com fotografia aparecem nas mãos de muitos trabalhadores.

O mesmo estilo

E o dr. Maurício quem começa, com ar solene, sério, com voz pausada. A maneira com que agrá e como será conduzido o resto da assembleia, lembra mesmo aquela em que foi decreta-

da a greve. Nada é novidade na forma de contato com a massa, na maneira de dirigir-se a ela e de dirigi-la. São as decisões que mudarão.

— Companheiros, nós não vamos permitir que ninguém que não seja metalúrgico tire decisões por nós, começa o advogado. Peço que ninguém grite ou váie diante do que eu vou falar (antes que ele realmente comece, o prefeito de São Bernardo, Tito Costa, faz um rápido discurso, destacando a necessidade da «defesa da paz e a tranquilidade da cidade» e se retira rapidamente).

— Nossos dirigentes estão cassados, diz o advogado. Pelas leis do País eles não podem mais atuar, o Governo não quer mais negociar com a antiga diretoria. O Lula, num ato de muita coragem, mesmo destituído, acabou reasumindo o comando da greve para impedir a atuação dos que queriam se apropriar de nosso movimento, para que o trabalhador ficasse com uma voz de comando, não ficasse sujeito a pancadaria da polícia.

Algumas vaias. O advogado se irrita, pensa que são dirigidas a ele, mas logo descobre e pergunta — «E o som?».

— Não havia quem conversasse, prossegue o dr. Maurício que mesmo após a intervenção continua como advogado do Sindicato. Em vista disso, tomei uma iniciativa difícil porque a greve não poderia ficar indefinidamente. Como chefe do departamento jurídico assumi a iniciativa de

Direção não via outra saída.

«Os trabalhadores aceitaram a proposta porque confiaram no Lula», afirmou ao Em Tempo o dr. Maurício chefe do departamento jurídico do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. «Eu mesmo conversei com muitos deles e vi que não gostaram, mas foi um voto de confiança».

Ele reconhece que não estava muito fácil tirar essa decisão, em função da combatividade da massa. «Tínhamos condições para ficar parados mais uns dois ou três dias», o que já não ocorreu com São Caetano e mesmo Santo André». Mas a volta ao trabalho parece ter se dado num momento menos ruim, segundo o advogado: se demorasse ainda mais poderíamos nos ver diante de uma situação de entrechecimento de nossa posição, os canais de negociação seriam destruídos.

• Dai decorreria uma radicalização de parte do governo, que poderia ir até a prisão dos remanescentes da antiga diretoria do Sindicato. Como não há canais alternativos de organização e de direção dos trabalhadores a greve chegaria ao fim, com derrota.

Segundo o advogado, as negociações serão realizadas por ele e pelo bispo de Santo André, em nome dos trabalhadores, com os empresários do grupo 14 da Federação das

Indústrias do Estado de São Paulo, sem a participação do interventor nomeado pelo governo, Guaraci Horta. Os dois, numa situação que ele definiu como «anômala», assinariam, inclusive o acordo proposto pelos patrões para os níveis salariais. «O Ministério do Trabalho deverá funcionar apenas como mediador, caso surja um impasse com relação aos índices das negociações (os trabalhadores querem manter os 11% de aumento recebidos em maio de 1978, sem descontos).

FACA NO PEITO

— Estávamos com a faca no peito, afirma Djalma de Souza Bom, ex-diretor financeiro do Sindicato dos Metalúrgicos. Não tínhamos uma outra alternativa. É melhor voltar agora, com o moral elevado, do que um pouco mais adiante, derrotados.

Essa opinião é compartilhada por outro diretor, o antigo segundo secretário, Devanir. «Teríamos condições de ficar mais tempo paralisados, mas para negociarmos temos que ter um interlocutor. O governo endureceu, mesmo que os empresários quisessem abrir, ele não deixaria».

E não foi apenas a antiga diretoria que chegou a essa conclusão. Embora tivessem existido muitas vozes contrárias a volta ao trabalho no interior do Comando de Greve, muitos dos participantes mais ativos eram da mesma posição. Como disse um deles: «manter a greve por mais tempo só se tivessemos a perspectiva de vitória, do contrário seria desgastante continuarmos».

ORGANIZAR NAS FÁBRICAS

— A única coisa que temos a fazer agora é organizar os trabalhadores nas fábricas, em comissões que ainda não podem ser abertas, mas devem ser reconhecidas por todos os trabalhadores. Essa saída é preconizada por um dos mais ativos piqueteiros da greve, que também não atasta a possibilidade de muitas demissões nos próximos dias, apesar das promessas contidas no acordo. «Estamos acostumados a lidar com essa gente e o governo, sabemos bem de que são capazes».



falar com o governo, através de alguns amigos. O bispo de Santo André, Dom Cláudio ajudou, foi a Brasília falar com o Governo. E agora, como esta nossa situação?

— Péssima, gritou um trabalhador, quebrando o silêncio — e o lugar comum é necessário — sepulcral.

O acordo, em miúdos

O advogado fica impaciente, alguns «psius» e muitos «dica quieto» resolvem a questão. «Mesmo uma greve muito organizada como esta não pode resistir indefinidamente. A proposta do ministro que trago não muda quase nada da de quinta-feira. Não é excelente mas é a que temos». Ela é a seguinte:

— Estabelecer um prazo de 45 dias para negociações dos índices de 11%. Desconto em parcelas dos dias parados (nenhum desconto será efetuado em março).

— Nenhum trabalhador será punido pela greve. Qualquer dispensa nos próximos 120 dias só com motivos de outra natureza, assim mesmo inclusive nos casos de justa causa, deverá constar o motivo da demissão.

E a vez do dr. Maurício deter-se num ponto que será exaustivamente destacado por todos os oradores seguintes: a necessidade de preservação do sindicato e a volta de sua diretoria. A situação mudou muito desde quinta-feira (dia em que a mesma assembleia rejeitou proposta idêntica). Perdemos o nosso sindicato».

— Então vamos ganhar de novo, grita novamente alguém, interrompendo o porta-voz.

Imperturbável, ele prossegue: «Agora temos mais uma reivindicação, a volta da diretoria e a normalização do sindicato».

Ele fala da condição para o encaminhamento do acordo: a volta imediata ao trabalho.

— Nós não voltamos não, gritam alguns operários. Outros, em número significativo, vãoam.

O advogado tenta mais uma vez a aprovação da assembleia, apelando para a reintegração da diretoria. «Nós temos um problema sério. Pegar o sindicato de volta. Estou autorizado a afirmar que nos próximos 45 dias a nossa diretoria estará de volta».

— Assim a gente volta, grita uma outra voz anônima, prenunciando uma tendência que logo será coletiva

FOGO DE BARRAGEM

— Fala Lula, pernambucano macho, pediu alguém.

Mas não foi o Lula quem falou. Era a vez de Arnaldo Gonçalves, dos Metalúrgicos de Santos. «Precisamos ganhar o sindicato de volta. Não podemos deixar um sindicato daquele tamanho nas mãos da intervenção. Isso é importante não só para a categoria, mas para todos os metalúrgicos e todos os trabalhadores do Brasil. É importante porque a luta dos metalúrgicos não se encerra hoje, ela prossegue, tem que ter uma diretoria combativa».

Arnaldo deu o recado, que vem reforçado por David Moraes, presidente do sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo. David é figura conhecida dos metalúrgicos, de São Bernardo. Foi quem falou em nome de 38 entidades apoiando a sua luta, numa das assembleias passadas em «Vila Euclides». Foi ele também quem dirigiu a assembleia do sábado, 23, no Paço Municipal e se constituiu num dos principais articuladores do apoio dos diversos setores aos grevistas.

David vai falando, enquanto um diálogo tenso, cochichado, boca-a-orelha é travado entre o Lula e Jacó Bittar, nos fundos do palanque. Para ouvi-lo, só mesmo colando a cabeça neles.

— Esta muito vago, é arriscado um acordo assim, afirma Jacó contrariado do alto dos seus 1,80 m de altura.

— O Governo assumiu um compromisso com a CNBB, responde nervosamente o Lula, tentando vencê-lo.

— Não sei não, diz, reticente, o petroleiro de Campinas, torcendo o nariz, suando em bicais.

— Você pensa que eu tô brincando Jacó, retruca o Lula. Tenho as minhas garantias. Não sou louco.

Salto no escuro

As opiniões se dividem, a dúvida se instala entre os vários dirigentes sindicais que tentam acompanhar o diálogo. Para Henos Amorina talvez primeiro se devesse exigir que a intervenção fosse levantada, antes da volta ao trabalho. Antonio de Oliveira, dos Jornalistas de Porto Alegre segue na mesma linha: «tem que haver um compromisso mais claro de alguém». O medo do salto no escuro é geral.

Menos do Bispo de Santo André, Dom Cláudio Hummes que esteve em Brasília no domingo a oite e na segunda-feira, discutindo com os representantes do governo, principalmente com o ministro do Trabalho. Ele fala que não está sozinho, nesta negociação, que o governo está garantido diante da CNBB para cumprir as promessas (de fato, o presidente em exercício da CNBB dom Geraldo Fernandes acompanhou Dom Cláudio em todas as negociações).

— E a vez do nosso líder falar, anuncia, solene o dr. Maurício.

— Lula, Lula, Lula grita a multidão.

— Vivemos mais um momento histórico para a classe trabalhadora, começa o dirigente metalúrgico. As regras do jogo se invertem desde quinta-feira. Passei dois dias sem contato com os trabalhadores por causa da intervenção federal. Vocês sabem que a diretoria e a comissão de salários está com vocês até as últimas consequências. Há alguns dias, em conversa com o dr. Maurício, pedi que ele e o bispo representassem os trabalhadores ao invés do interventor.

A massa ouve, tensa, inquieta, sentindo que o líder vai colocar uma responsabilidade muito grande em suas mãos.

O direito de falar

— Não lalo como presidente de direito, mas tenho o direito de falar como presidente de fato, reivindica Lula. Repete então os três pontos já levantados pelo advogado «a volta a normalização do nosso sindicato que sempre foi livre» (uma tese um pouco discutível no contexto do sindicalismo atrelado); «reabertura das negociações alguém tem que falar e negociar pelo trabalhador os 11% que queremos»; «queremos receber os dias parados, já há a promessa de que não haverá desconto algum no salário a ser recebido no dia 10 de abril».

Lula está conseguindo convencer a multidão ate então um pouco desconfiada e que já vaiara o advogado. Seu carisma e sua liderança serão decisivos naquele momento. Ninguém mais, que não fosse ele conseguiria convencer os trabalhadores a aceitar a mesma proposta que rejeitaram cinco dias antes e que custaria a intervenção no Sindicato. Ele sua, a voz forte, já recuperada da rouquidão dos últimos dias, ampliada pela potente aparelhagem de som, ecoa no Estádio de futebol.

E agora. «Quero me comprometer com vocês. Dizem que nós, os operários somos radicais, que não queremos negociar. Vamos mostrar que isto não é verdade. O que eu quero e um voto de confiança. Tenho certeza absoluta que o nosso sindicato vai se normalizar em pouco tempo. Tenho certeza que as horas extras serão

pagas, tenho certeza que faremos um acordo bem melhor que aquele feito pela Federação (ele se refere ao acordo firmado por 29 sindicatos do interior do Estado sob o patrocínio da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo).

— Mas ele afirma que não vai tolerar manobras dos patrões. «Tem uma coisa, se não vier o que discutimos hoje, nós paramos outra vez. Se eu e a diretoria fracassarmos, venho diante de vocês e medemito. Mas antes disso, se for necessário, eu mesmo decreto greve outra vez».

Lula acha que os metalúrgicos de São Bernardo deram um exemplo «para o Brasil e para o mundo». «Voltamos ao trabalho amanhã, recebemos o pagamento sem desconto e com o aumento (63% para os que ganham até três salários mínimos, 57% para os que ganham entre três e 10 e 44% para os que ganham acima de 10 salários mínimos).

A coragem de parar

Ele aponta para sua postura durante a greve. «Eu já disse que com a mesma coragem com que decreteti greve eu proporia que ela parasse». É o suficiente para lançar a proposta final.

— Quem quiser dar um voto de confiança em mim que levante a mão.

Milhares e milhares de mão são levantadas. A massa grita dehrantamente: «Lula, Lula, Lula». A batalha estava ganha.

O líder agradece: «da mesma forma que vocês confiavam em mim eu confio em vocês». E anima o pessoal: «amanhá, na hora de entrar no serviço vamos de cabeça erguida. Eu volto para a Villares, o Djalma para a Mercedes (Djalma de Souza Bom era diretor financeiro do Sindicato e o principal dirigente da greve, depois de Lula).

E afirma categorico: «que está greve sirva de demonstração para quem duvida da capacidade de luta da classe trabalhadora».

Para finalizar, uma prática nova instalada nas últimas assembleias, que da bem conta do grau de religiosidade dos trabalhadores: mão entrelaçadas, 80 mil trabalhadores rezam um sonoro «Padre Nosso» puxado pelo bispo.

Depois do «Amem» é o dr. Maurício quem volta. «Quem tiver algum problema na sua empresa, ameaça de demissão, é só me procurar no sindicato».

— Tem polícia lá, grita um trabalhador.

Só resta cantar o Hino Nacional e ir para casa. Depois de 15 dias da maior greve desde 1964, no Brasil. O amanhá é dia de batente.

Lula desce do palanque e volta para o seu carro, tal como chegou: nos braços dos trabalhadores. Mulheres queriam vê-lo, beijá-lo, agarrar sua camisa branca. Um coro canta pausado:

— Ele merece, ele merece. Era um carnavalesco, imaginem se tivessem conseguido alguma coisa mais substantiva, torcida brasileira. Mas, mesmo não levando nada de concreto, material, a não ser o exemplo de combatividade que deram, o nível de aumento de consciência que certamente ocorreu e o desrespeito que a greve produziu como vingança coletiva à opressão de anos e anos, o moral parecia elevado. Em vez de desânimo, uma inexplicável euforia, um sabor de vitória incompreensível. Talvez no outro dia, ao bater o cartão de ponto ao apertar o botão da máquina, ao manejar a solda ou a pistola de pintura, mastigar a comida intragável do restaurante da fábrica, a coisa tenha sido sentida de maneira diferente.

De qualquer maneira há uma trégua no ABC, com a volta ao trabalho. Que pode ser rompida no dia 10 de maio, quando os trabalhadores voltarem a Vila Euclides para saber do resultado das negociações. E o grito de guerra poderá ser retomado «Greve, Greve».

Momento é de flexibilidade

Os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, desde o início desta década vêm lutando para abrir brechas que possibilitem a negociação direta entre empregados e empregadores, notadamente no que diz respeito a salários. Esta prática democrática é uma conquista da classe operária do mundo ocidental. Segundo esta linha traçada nos diversos congressos que realizou, a categoria fez as greves de maio de 78, quando pela primeira vez chegou-se a uma convenção coletiva em matéria salarial. Em 1979, o nosso maior desejo é repetir o sucesso anterior, dando novos passos rumo à abertura sindical. A nossa legislação sindical, incluindo aí a parte referente às convenções coletivas, ao direito de greve e à estrutura sindical é absolutamente inadequada aos objetivos que perseguimos. Trata-se de uma legislação ultrapassada pelos fatos e necessidades sociais. A greve, por exemplo, que é um componente e elemento natural das negociações, é tratada na lei de forma draconiana, e sua deflagração conduz o ministério público a instaurar dissídio coletivo com o objetivo primeiro de analisar a legalidade ou não

da paralisação. No caso desta greve, após a sentença do TRT houve uma sensível radicalização de posições e as negociações cessaram. Chegou-se a um impasse

A mediação do Ministro do Trabalho, de que reconhecemos os esforços extraordinários e muita boa vontade foi oportuna no passado e hoje necessária. Acreditamos que o impasse a que se chegou não consulta aos interesses dos trabalhadores, dos patrões e do País como um todo.

Entendemos que a consecução dos objetivos supremos de paz e democracia pedem hoje também dos trabalhadores uma posição de flexibilidade que evidentemente não significa capitulação. Neste sentido, saibam, os governantes, os empresários e a opinião pública, que estamos atentos a estes aspectos e prontos a recomendar equilíbrio e ponderação aos trabalhadores. O que está perfeitamente dentro do pensamento e da atividade sindical que defendemos.

São Bernardo do Campo, 27/03/79
Luis Inácio da Silva

A greve em verso

A criatividade dos trabalhadores não se manifestou apenas nas portas de fábricas e nos pontos de ônibus, através dos piquetes que paravam os fura-greves. Foi traduzida de maneira criadora nas músicas e poesias que os anônimos grevistas produziram e das quais apresentamos três exemplos.

Este é o «Hino» dos piquetes composto por Pernambuco, metalúrgico de Santo André, cantado na portaria da empresa Coterraz.

As máquinas estão paradas / e nós não vamos ligar, os patrões só se reclamam / e nós não vamos dar. Nos só vamos trabalhar / quando o aumento chegar (bis). Decidimos de uma vez, para ninguém trabalhar / só vamos ligar as máquinas, quando o aumento chegar. Reunir a piaçozada, que gosta de trabalhar / um monte de puxa-saco, todo dia chega lá / mas não vamos dar moleza, e por o pau pra quebrar.

A segunda é de autoria de um operário da metalúrgica Schuller. Nele, o autor se dirige aos patrões e ao governo, justificando a greve.

«Investiguem meus senhores, senhores donos do poder, saberão que a greve, é para sobreviver».

Vocês que foram escolhidos / por uma dúzia de patrões, investiguem rapidamente / a nossa situação e saberão que a nossa greve / é de toda a população. População que trabalha / pra melhor sobreviver / que há mais de 15 anos, foi só quem teve a perder, e veja que nossa greve / não é direito, é dever. Dever de um povo ordeiro / justo e trabalhador que luta, trabalha, se mata, tentando esquecer a dor, mas sempre vai descobrindo, a culpa é do empregador. Empregador estrangeiro, que só vem pra explorar, / tirar o que de nos

nos resta para seu lucro aumentar / e o empregador brasileiro / ao invés de se inflamar / se associa ao estrangeiro, para melhor nos explorar. E os senhores do poder / podem nos investigar, e saberão sem demora / quem foi sem perder a hora, veio aqui decretar / esta greve que é justa / e todos estão a apoiar.

Finalmente, uma poesia referindo-se a sindicância instaurada pela Delegacia de Trabalho para apurar as responsabilidades das lideranças sindicais durante a greve.

Se o ministério do Trabalho, e todo o santo ministério, ganhasse o salário mínimo, saberiam que o nosso motivo / é o agente subversivo, que destroi a nação inteira / o lucro gordo de empresário / Anote senhor secretário, e peça pro escrivão, remete ao juiz de plantão / e diga ao encarregado, da sindicância que investiga, que a causa desta paragem, é a nossa barriga vazia. A temosia do empresário, que sabe administrar / seu lucro pra seu erário, e o sangue de nosso pobre / estrangeiro levar / só deixa tristeza e fome / poluição e miséria, e depois de tanto trabalho / uma dívida externa. Soldado e policial, investiguem um pouco melhor campanha salarial, não é crime, não senhor, e todo bom brasileiro, deve ser bom pensador. E saber que nossa luta, é de todo trabalhador. Investigar é um dever de todo bom brasileiro, e todos devem saber / pra onde vai tanto dinheiro, investiguem caso por caso, desde o palácio do patrão, até o ultimo pardierto, desde pobre tavelado, investiguem bem o empresário, investiguem o banqueiro / e agita o salário, e o coife de tanto senhor, e a marmitta do operário e verão onde se escondem este subversivo senhor que preza toda a nação, e não temam pra escrever que a culpa é do patrão.

O Vazio de direção

A intervenção embora entrasse na cogitação dos dirigentes sindicais, principalmente depois das ameaças brandidas pelo ministro do Trabalho, surpreendeu muita gente, caindo como uma bomba. Sindicatos invadidos pela polícia militar, pelo DEOPS e pelos cachorros (mais de 30 só no sindicato de São Bernardo), fichamento das pessoas retidas durante a ocupação, prisões, foi o quadro montado cuidadosamente pelo governo (não falou Maluf, o Trombadão, que a greve era um caso de polícia?) a partir das primeiras horas de sexta-feira.

A greve dos motoristas de ônibus, iniciada na quinta e que se encerrou na sexta, contribuiu para manter inalterado o quadro da mobilização dos metalúrgicos. Mas fechada o sindicato, cassada sua direção, que num longo primeiro momento refletiu (da manhã de sexta à noite de sábado), o que se viu foi um vazio de direção perigoso, que quase comprometeu a continuidade do movimento.

Ducha de água fria

Embora a combatividade muitas camadas de operários participantes da greve tenha inclusive crescido, como a demonstraram os episódios da sexta-feira e do sábado, em São Bernardo, o certo é que a intervenção funcionou como uma ducha de água fria, principalmente junto àqueles operários menos organizados e menos conscientes como o demonstram os dados relativos à volta ao trabalho em São Caetano e nas pequenas e médias fábricas de São Bernardo e Santo André.

Mas o vazio foi visível na sexta, quando sem convocação alguma os trabalhadores acorreram em massa ao Paço Municipal. Provocados e atacados pela repressão policial, eles não vacilaram em partir para o enfrentamento, mesmo desarmados.

Foi aí que surgiu a falta de alguém mais categorizado, a figura do prefeito de São Bernardo, Tito Costa. De certa maneira, cumpriu um certo papel progressista ao emprestar o Estádio de Futebol (não fez mais do que a obrigação, digase de passagem, já que o Estádio foi construído com o dinheiro dos trabalhadores, além de ele ser um prefeito eleito com voto majoritário dos operários), mas, sua intervenção, deduzida das suas negociações com as autoridades, foi no sentido de desmobilizar o movimento, fazer com tato e bom senso, aquilo que a truculência policial não conseguira. Além do conselho de volta às casas nenhuma outra orientação foi dada. O que aliás, era de se esperar: nem Tito Costa tem condições de dirigir os trabalhadores, nem qualquer liderança alternativa, já que a diretoria cassada estava ausente, pôde substituí-la e se apresentar perante a massa.

O comando geral da greve

Foi entre sexta-feira e sábado que se articulou o Comando Geral da Greve, formado, no funde-

mental, por remanescentes da antiga Comissão Salarial. Bem cedo lançou seu primeiro (e único) comunicado onde preconizava a volta das diretorias cassadas, como condição prévia à volta ao trabalho, recomendava aos trabalhadores a não voltar à frente das fábricas ou tomar o ônibus das empresas, destacando o apoio dos demais setores, que não os deixavam sozinhos.

Embora tenha se organizado, o Comando Geral da Greve estava desarticulado em relação às suas bases, isto é, os grevistas, não tendo condições de, num curto prazo, adquirir legitimidade junto a eles. Este foi, aliás, um dos grandes problemas da centralização, que para muitos pareceu excessiva, da campanha nas mãos da diretoria do Sindicato, particularmente na figura do Lula, sem que se desenvolvesse formas organizativas de recambio na eventualidade de uma intervenção para qual não estavam preparados.

Caiu o Lula e os metalúrgicos ficaram órgãos desorientados, sem saber o que fazer. Isso ficou evidente no sábado quando a despeito da intervenção de alguns antigos diretores na assembléia do Paço Municipal, nenhuma orientação conseguiu se impor. Foi a zona total, caricaturizada pela presença do cantor Agnaldo Timóteo na tribuna.

A confusão da rápida reunião do sábado e os acontecimentos que ocorreram depois dela, com a passeata e as novas manifestações de selvageria policial levaram um grupo de sindicalistas e parlamentares a procurar o Lula, insistindo quanto a sua volta à direção do movimento, a despeito de sua condição de cassado.

Esse retorno, anunciado já na reunião que mais de 200 pessoas, representantes de diversas entidades e sindicatos realizavam na Assembléia Legislativa para coordenar a solidariedade aos grevistas quando Luis Inácio da Silva afirmou «quem dá a palavra de ordem sou eu e a comissão de salários» (em resposta a uma proposta oportunista do ex-deputado Nelson Fabiano que pretendia fazer-lhe aceitar a «palavra de ordem do MDB») rapidamente preencheu o vazio de direção. Com a diretoria e o Lula, em particular, retomando a luta, pelo menos mais alguns dias de paralisação estavam assegurados.

Pois como reconheceu um dos integrantes do Comando Geral da Greve «o movimento não duraria nem dois dias, sem a volta do Lula». Sua popularidade e a liderança, gostemos ou não, vejamos ou não as limitações que sua prática propicia, era fundamental para a continuidade da paralisação. Como dizia Spinosa, «nem rir, nem chorar, apenas entender».

Esse papel foi claramente demonstrado já na missa, realizada no domingo, na Igreja Matriz de São Bernardo, na reunião da tarde do mesmo dia no Paço Municipal e, finalmente, nos resultados que obteve na última assembléia no Estádio de Vila Euclides. (TD)

Metalúrgicos não ficaram sozinhos

É bem certo que o tipo de luta foi outro, a razão bem diversa, mas não se pode deixar de lembrar o que ocorreu em 1977, quando da proibição da reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que acabou sendo realizada em São Paulo, para se entender a fulminante reação dos diversos setores da sociedade frente a intervenção nos sindicatos metalúrgicos do ABC paulista.

Afora a imediata solidariedade internacional, vinda de entidades ideologicamente tão opostas quanto a AFL-CIO, norte-americana, ou Confederação Geral do Trabalho (CGT) ou Confederação Francesa do Trabalho (CFDT), da França, foi mais do que significativa o apoio interno.

Imediatamente após a intervenção, uma Comissão Intersindical reunindo alguns dos mais importantes e combativos sindicatos brasileiros se encarregou de coordenar toda a campanha unitária de solidariedade, (chegou a tirar, inclusive, um jornal, «Unidade Sindicais», de apoio à greve) recolhendo contribuições financeiras e alimentos para o Fundo de Greve, promovendo atos públicos como que levou mais de oito mil pessoas à Câmara Municipal de São Paulo, na segunda-feira, 26.

Outros atos semelhantes foram realizados em Salvador, Campinas, Rio de Janeiro e Porto Alegre (nesta cidade, mais entidades se reuniram, no sábado, 24, na Assembléia Legislativa para desencadear uma campanha de arrecadação de fundos).

15 dias de repressão policial

Guarde bem esses nomes: delegado Romeu Tuma, diretor do Deops; coronel Arnaldo Braga, comandante da PM; e coronel Dauterdimas Rigonatti, comandante da Tropa de Choque. Estes são os responsáveis pelas ações repressivas que fizeram parte do cotidiano das greves do ABC. Desde o início, com cassetes e prisões, buscou-se impedir a organização de piquetes. E, em alguns casos, com a clara colaboração das empresas os pátios internos da Volkswagen concentravam todas as forças da repressão: brucutus, tatuado, espinha de peixe, as tropas e cães policiais.

Na medida em que a greve se expandia, a repressão se tornou mais pesada. Toda a tropa de choque da PM de São Paulo foi mobilizada nesse sentido. Ela é constituída de dois mil homens, 80 caminhões de transporte e 40 carros blindados. Os equipamentos são altamente sofisticados, indo desde cassetes elétricos até carros que lançam jatos de água vermelha sobre as pessoas para facilitar posteriormente a prisão.

A repressão à greve do ABC atingiu seu auge na sexta-feira, quando se efetivou a intervenção nos sindicatos. As cenas de violência repetiram-se nas três cidades: bombas de gás lacrimogêneo, cães pastores, cassetes, prisões. A imprensa, que buscava documentar essas arbitrariedades também não escapou da pancadaria.

Unanimidade

Dos sindicatos de trabalhadores às entidades estudantis, da Ordem dos Advogados do Brasil à CNBB, passando pelos mais diversos setores da sociedade, políticos da oposição, intelectuais, etc. o repúdio a mais um ato de arbítrio do regime, e o primeiro de relevância praticado por Figueiredo a menos de 10 dias de sua posse, foi unânime. O atentado contra a direção dos sindicatos metalúrgicos do ABC transcendeu ao âmbito dos dirigentes cassados, passando a atingir, por igual, não só aos trabalhadores, mas também a toda opinião democrática do País.

Como foi exaustivamente lembrado no ato público de São Paulo o repúdio ao ato ministerial era também a condenação a abertura controlada proposta por Figueiredo, desmascarada com a intervenção. Como lembrou o representante da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese, «todas as autoridades envolvidas neste problema deverão considerar que os tempos mudaram, deverão estabelecer novos pressupostos ao falarem de abertura. Se falarem em democracia querendo mexer apenas na fechadura vão se surpreender porque o povo vai abrir a porta».

Para os que colaboraram na campanha de Fundos resta a certeza de que nada foi em vão: não só os recursos encaminhados foram aproveitados no auxílio a milhares de famílias de grevistas (só em São Bernardo perto de duas mil famílias foram atendidas em cinco dias) como os recursos que sobraram serão bem aproveitados. É que, conforme decisão da assembléia de terça-feira, eles irão fortalecer o fundo de greve necessário para as campanhas futuras.

Em São Bernardo, após a tomada do Sindicato e do fechamento do Estádio Costa e Silva as manifestações, os metalúrgicos reuniram no Paço Municipal, na sexta-feira. A tropa de choque avançou sobre a multidão. Os operários não recuaram e começaram a ser atingidos por bombas de gás lacrimogêneo. Os trabalhadores reagiram, devolvendo as bombas. Foi aí que os soldados puderam sentir que «pimenta nos olhos dos outros é refresco».

Mesmo desarmados, os metalúrgicos resistiram a nova investida: aos golpes de cassetes, respondiam com socos, pontapés, etc. Frente à combatividade dos trabalhadores, a tropa da PM teve de recuar, colocar seus capacetes de proteção para novos ataques.

Em Santo André, meia-hora após a posse do interventor Antonio Garcez, os oponentes das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota) jogaram bombas de efeito moral sobre a população para afastá-la da sede do Sindicato. Esses ataques repetiram-se diversas vezes, a ponto de deixar a população em pânico.

O saldo de prisões desse dia também foi maior que o dos outros. Ao todo, 170 detenções no Deops, onde as pessoas foram fichadas, interrogadas e liberadas a seguir. Mesmo assim, a greve continuou. E nem acordo com os patrões deteve a repressão: na última terça-feira, houve cerca de 100 prisões no ABC.

Comissões de Fábrica: o saldo da greve.



Por Rosa Pontes e Roberto Guimarães

Nos próximos 45 dias, as comissões de fábrica criadas em inúmeras empresas de Santo André irão se reunir em várias igrejas da cidade para buscar fortalecer esse organismo — uma conquista, ainda que embrionária, dos 15 dias de greve dos metalúrgicos do ABC. Ele começou a ser criado, praticamente de forma espontânea, frente à expectativa de intervenção no Sindicato da categoria, que se concretizou na sexta-feira. Foram essas comissões, juntamente com a de salários, que deram continuidade à greve, no início desta semana. E, ao que tudo indica, estarão mais estruturadas dentro de 45 dias para garantir paralisações, principalmente nas grandes empresas, se as negociações entre governo, empresários e representantes dos trabalhadores não levarem a um acordo satisfatório.

Na verdade, a existência de maior democracia sindical — com essas comissões ou dentro do próprio Sindicato caso a intervenção logo seja suspensa — daria maiores garantias de vitória ao movimento, encerrado na quarta-feira, dia 28. A sensibilidade das diretorias sindicais em abrir maior espaço político para a atuação das diversas correntes de opinião dentro dos Sindicatos é certamente um dos fatores necessários, embora não suficiente, para o fortalecimento desses órgãos principalmente em fases críticas. Como é a da intervenção.

Noite de vigília

Na assembléia decisiva de quinta-feira passada, quando o clima era de tensão — frente aos crescentes boatos de intervenção — 30 mil metalúrgicos, que lotavam a sede de seu Sindicato e as ruas adjacentes, não aceitaram a proposta fechada do ministro Murilo Macedo — volta ao trabalho ou providências mais «firmes» do governo.

A greve continua, responderam como sempre.

E não só isso: mais de duzentos permaneceram, madrugada à dentro, guardando a sede. Embora até mesmo a diretoria — cotando diversas fontes — não acreditasse na hipótese da intervenção.

Nessa longa noite, receberam o apoio de membros de diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo. E também dos Artistas, que passaram a contar músicas junto com os metalúrgicos. «Essa é uma imagem que nunca vou esquecer», conta um deles. «Estávamos todos cantando pontos de macumba, quando chegaram muitas viaturas policiais e tropa de choque. Eles estacionaram na porta de nossa casa e ali ficaram, sem tomar qualquer atitude».

Isso aconteceu por volta de três de madrugada. Fora da sede, cerca de quatro mil metalúrgicos iam se aglomerando, preocupados com a situação. E os duzentos companheiros que haviam ficado dentro iniciavam os contatos necessários para preservar sua integridade. A primeira iniciativa foi ligar para o presidente Benedito Marçilio, mas, ele não estava em casa. Logo em seguida, chegaram José Carlos Dias, da Comissão de Justiça e Paz, e o advogado Ildival Pivetta, que mantém contatos constantes com Romeu Tuma, diretor do Deops.

Mobilização continua

Somente por volta das dez horas da sexta é que os duzentos metalúrgicos recebem ordens para sair da sede, sendo triados por Romeu Tuma. A intenção do delegado em incriminar a Convergência Socialista pela greve torna-se clara: enquanto manda apenas anotar nomes e endereços da maioria, algumas pessoas que ele entendia pertencer ao movimento foram encaminhadas ao Deops.

Apesar das medidas repressivas, a continuidade do movimento foi garantida na mesma hora. Enquanto desocupavam a sede de seu Sindicato, esses duzentos metalúrgicos já avisavam os quatro mil que haviam ficado do local de fora

Sorrisos na Fiesp



Garnero e Marconies, testes de ferro da Volksvagem: rico ri à toa.

tante num novo relacionamento entre empregados e empregadores. «Há um caminho longo a ser percorrido, já que existem pontos defasados na legislação sindical. No bojo da tripartite surge uma obrigação recíproca de apresentar estudos para o Executivo, para que depois sejam votados pelo Legislativo».

Solidariedade e Solidariedade

Enquanto em todo o país, os operários metalúrgicos vinham recebendo a cada dia maior solidariedade por parte de diversos setores sociais através de manifestos, atos públicos e coleta de fundos para a manutenção da greve, os empresários também «transavam» muito bem a sua «solidariedade». Uma dessas medidas foi tomada pela Fiesp que enviou ao ministro da Fazenda, Carlos Rischbieter, o pedido de uma linha de crédito para o pagamento do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) pelas empresas atingidas pela greve. Segundo Theobaldo de Nigris, essa linha de crédito seria lançada nos próximos dias. Além disso, o governo também estaria disposto a estudar a prorrogação do prazo para o atendimento do ICM (Imposto de Circulação de Mercadorias).

Uma outra medida adotada para as empresas enfrentarem a greve foi a das grandes empresas adiantarem os pagamentos a seus fornecedores de pequeno porte e ao mesmo tempo, essas grandes empresas cancelavam pedidos de compra. Com isso, as pequenas e médias poderiam se aguentar por um período mais longo. Para o empresário Paulo Francini, essas iniciativas nada têm de «condenáveis», isto porque as empresas de grande porte «se preocupam com a saúde financeira de seus pequenos fornecedores».

sobre as reuniões que aconteceriam na praça do Carmo. E, na noite do mesmo dia, o vice-presidente do Sindicato, membros da Comissão de Salários e outros metalúrgicos se encontravam numa paróquia da cidade para debater as formas de continuidade do movimento.

Comando de greve

A grande esperança das empresas era o fim de semana, quando os metalúrgicos ficariam em casa, com a família, bombardeados pelas notas da Fiesp, insistentemente repetidas nas rádios e televisões. Além disso, em Santo André, as forças policiais apareciam instantaneamente, logo que uma reunião, começava a se realizar, em alguma paróquia da cidade. Apenas dispersando seus participantes, o objetivo era alcançado: não permitir que se articulassem formas de organização para manter paralisadas as fábricas na segunda-feira.

Isso não impediu que, no começo da noite de sábado, quatrocentos metalúrgicos se reunissem na Igreja do Bonfim 8 e, mesmo com o templo cercado com a polícia — escolhendo seu Comando de Greve. Ao todo, quase trinta companheiros, tirados pela assembléia entre membros da diretoria cassada, da comissão salarial e lideranças operárias de cada fábrica presente. Ficou claro, no encontro, que essas novas lideranças já formam embriões de comissões de fábrica.

Apesar da tensão dos participantes da assembléia, todos acabaram saindo da Igreja com facilidade. E que estava terminando uma missa e todos se misturaram aos fiéis para escapar a repressão.

O apoio dado aos metalúrgicos pela Igreja de Santo André — cedendo-lhe locais de reunião — foi fundamental para que o movimento mantivesse sua continuidade, segundo os grevistas. Para dom Cláudio Hummes, as reivindicações operárias são da maior justiça. «A coragem de dizer «não» a tudo aquilo que é injustiça e repressão, essa coragem vocês tiveram até o fim, até que veio uma força maior. Mas é importante que vocês se mantenham unidos em torno de suas lideranças, porque esta é a grande força e vocês abrirão caminho para todo o povo, apesar de alguns obstáculos».

Contra o Arbitrio

Entre essas barreiras está a própria intervenção nos sindicatos. Mas também ela pode ser superada pela combatividade dos metalúrgicos de Santo André. Como disse um deles: «o sindicato somos nós, com ou sem sede». De fato, a atuação das comissões de fábrica e os constantes debates já realizados nos bairros e nas paróquias demonstram que essa dificuldade é superável.

A luta continua, mas é bastante claro o sentimento de revolta dos metalúrgicos contra a intervenção em seu Sindicato. Segundo um de seus líderes, essa medida governamental politizou a luta, que agora é contra o arbítrio. «Queremos apenas negociar. Mas o governo militar confunde conciliação com capitulação. E essa não é nossa intenção». De fato, as negociações que se realizam dentro de 45 dias não levaram a um acordo satisfatório, a mesma assembléia dos metalúrgicos, que decidiu acabar com a paralisação nesta terça-feira, voltou a aprovar sua conhecida palavra-de-ordem: «a greve continua».

Quanto ao cancelamento dos pedidos de compra «é natural já que existe uma diminuição da produção, sendo necessário reformular as compras».

Algumas separações

Parece certo que nos próximos 240 dias a legislação sindical deverá sofrer algumas alterações. Nas negociações salariais estão sendo estudadas várias formas de fixações de índices. Uma dessas formas é a resposta pelo ex-ministro do Planejamento, Reis Velloso, que teria por referencial o índice do custo de vida. As negociações teriam uma margem de 10% para menos ou para mais.

Essa proposta a ser discutida nos próximos meses poderia agradar perfeitamente os empresários de alguns setores, como o de esquadrias e forjarias, que durante as negociações com os operários do ABC diziam não poder arcar com os aumentos pedidos pelos metalúrgicos. Nas forjarias, por exemplo, os empresários alegam que a mão de obra representa cerca de 50% do custo final. Essa situação, no entanto, é completamente diferente para as grandes multinacionais automobilísticas. O aumento de 63% aos metalúrgicos representa apenas 7,5% no custo final da produção.

Da parte das empresas, a greve demonstrou que a unidade não é tão tranquila assim. Desde o início das negociações, as empresas que exercem pouca influência no grupo dos 14 protestaram contra os índices a serem negociados porque elas não poderiam suportar isso. Além disso, a greve pesava mais sobre as pequenas e médias, que têm maiores dificuldades em conseguir crédito do que as grandes.

A ditadura acabou? (Veja as respostas)

Eduardo Suplicy, deputado estadual pelo MDB de SP; Plínio Marcos, teatrólogo amaldiçoado pelo regime (o mais censurado); Nilton Borges, presidente do Sindicato dos Fumageiros de Belo Horizonte; João Paulo Vasconcelos, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Monlevade; Jacob Gorender, autor de «O Escravagismo», de 56 anos, com toda uma vida comprometida com a luta política; representante do DCE da Universidade de Minas Gerais; Michel Marie Le Ven, professor assistente do Departamento de Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG; e Didimo de Paiva, jornalista mineiro.

Por Carlos Tibúrcio e Sucursal de Belo Horizonte

1 Eduardo Suplicy: «O que nós verificamos até agora, nessas duas semanas de Governo Figueiredo, é a continuidade de medidas autoritárias, características não de uma democracia, mas de uma ditadura. A intervenção do Governo Federal nos sindicatos do ABC, por exemplo, significou uma capitulação do governo diante das pressões dos setores mais conservadores da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP). Foi tão desastrosa a medida e tão grande a reação havida em todo o país que setores do governo perceberam que não era mais possível manter a intervenção. Daí, tudo fizeram para retornar o diálogo com as lideranças reais, reconhecidas pelos trabalhadores.

O limite do regime autoritário está na força hoje muito maior da sociedade brasileira, cujos desejos de democracia são extremamente fortes e sentidos a cada instante. A cada dia se tornará mais difícil para o regime adotar medidas arbitrárias e autoritárias como as tomadas nesta semana.

E numa sacada geral, como é que você acha que a ditadura vai acabar?

Depende muito das atitudes que o governo Figueiredo tomar. Vamos dizer que você tenha uma padrão de linha iraniana e outro espanhol. Se Figueiredo caminhar pelo padrão iraniano, com medidas tipo as desta semana, pode-se esperar uma reação explosiva a curto prazo, o que resultará

numa transformação inevitável, mas talvez não a mais inteligente para a nação. Se procurar democratizar de fato o país, com medidas concretas, então a transformação que vai ocorrer de qualquer forma poderá se dar de modo gradual e mais inteligente para todos os lados.

2 Plínio Marcos: «O regime só deixará de ser ditadura que o povo eleger livremente outro. O caso dos metalúrgicos foi. Saracotaram a intervenção. Agora chamou intervenção e antes chamava Ato-5. E a saída, Plínio?

Nós só queremos uma saída: a que vem de baixo pra cima. E isso tem que ser conquistado pelo povo. A burguesia está ansiosa para acreditar na «Abertura». Qualquer coisa é «abertura». Operário fazer greve é «abertura». E não é nada disso. A gente não acredita em nenhuma abertura. É preferível que demore, mas que as mudanças sejam conquistadas. Em suma: Assistindo o jogo com radinho de pilha na orelha, eu já vi esta fita e não gostei».

3 Nilton Borges (presidente do Sindicato dos Fumageiros de BH) — «Eu acho que a ditadura amenizou. Há ainda vários sintomas de que ela ainda existe. O propósito do Governo de promover a abertura, que ainda não chegou aos trabalhadores, é um avanço no sentido da redemocratização. Mas a existência de leis que restringem a participação política, principalmente no que diz respeito a atividade dos sindicatos e a ausência de eleições indiretas para governador e presidente da República são provas de que a ditadura ainda existe».

— O que você acha da intervenção no ABC paulista?

«Acho que é um atraso na tão falada redemocratização e uma lamentável perda para o movimento sindical e afastamento dos principais dirigentes sindicais do ABC. A intervenção sobre um movimento sindical autêntico mostra o retrocesso no caminho da democratização.

4 João Paulo Vasconcelos — (Ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Monlevade). O que pretendem com a intervenção nos sindicatos do ABC é silenciar um bravo líder sindical que defende os interesses de sua categoria e o de todos os trabalhadores brasileiros que ainda lutam pela sua brevidade e, apesar disso, acoiados de representarem uma elite de trabalhadores. Na verdade, o salário que percebem não é suficiente para viverem com dignidade juntamente com suas famílias. Elite, sim, são aqueles que usufruem das mordomias oficiais e pregam para nós austeridade. Tentam de todas as formas subjugar o povo, disseminam o obscurantismo e a miséria para taldar a visão dos trabalhadores de seus objetivos maiores. Espero que a Nação brasileira não sucumba diante de mais essa arbitrariedade e levante a voz contra o que está acontecendo.»

5 Didimo de Paiva (jornalista). A ditadura não acabou. E nunca esteve tão forte como agora. Depois de 15 anos, o teórico-mor da chamada «ideologia da segurança nacional», general Golbery do Couto e Silva, surge triunfante — foi ele o fator principal da «eleição» do general Figueiredo. Nessa concepção, o Estado é

o único órgão a «falar». Daí o golpe de abril de 1964 ter evoluído a sua «doutrina», com a qual ele organiza o partido oficial, do governo (Arena), e a oposição (MDB), que ele controla através de atos, portarias e os «pacotes». Portanto, a ditadura está cada vez mais forte. Mas há um dado novo — a mobilização nacional, que começou com o debate na Igreja, nos sindicatos, nas escolas, nos movimentos de base, luta pela anistia, ordem dos advogados, dissidências militares. Sobretudo, com as pequenas «aberturas» na imprensa. Os sindicatos mais combativos do País mostraram que o rei está nu. Daí a ação violenta contra os companheiros do ABC paulista. A intervenção é, portanto, um retrocesso. Mas enganem-se os que pensam que a mobilização será freada. O Brasil inteiro são 40 milhões de «Lulas» (na cidade e no campo) que já sabem que minorias insignificantes estão sugando as últimas energias do País. E esse Brasil vivo — o Brasil do ABC paulista, como o Brasil do Amazonas — não será sufocado pela ação da repressão. Prova maior: Todas as entidades de trabalhadores estão solidárias com os companheiros do ABC paulista.»

DCE-UFMG

«Na sua essência, os sustentáculos da ditadura militar permanecem. Prova disto é a completa ausência de liberdade de organização dos setores oprimidos. A proibição da UNE, por exemplo, segundo declarações do general Figueiredo, é ponto de honra de seu governo. Nem por isto os estudantes vão deixar de construí-la em maio, no Congresso de Salvador. Achamos que é o outro lado da moeda: o movimento dos oprimidos

e, dentre os vários setores, o movimento estudantil está impondo derrotas sucessivas à ditadura militar. Tanto é que seu processo de decomposição, como forma de dominação das classes dominantes, está em curso, a medida que é obrigada a absorver derrotas.

As reformas vêm neste sentido. E preciso uma maquiagem mais sofisticada, mudar pelo menos aparentemente sua face assassina e repressiva. Entretanto, a «abertura» não entra no campo de seus opositores mais fortes e consequentes. Os trabalhadores estão fora desta jogada, como ficou claro na intervenção nos sindicatos do ABC. As bases essenciais da exploração estão intocadas. Como é o caso das condições de vida a que estão submetidas as classes trabalhadoras. O impasse que se verificou no ABC não foi apenas econômico, simplesmente de aumento salarial. A questão essencial é que os metalúrgicos estavam impondo uma derrota política à ditadura e aos patrões. Realizaram a greve, apesar da lei antigreve. Conquistaram aumentos acima do índice oficial, apesar da política do arrocho. Democratizaram o sindicato, apesar da legislação repressiva e política existente contra a liberdade sindical.»

7 Michel Maria Le Ven (professor assistente do Departamento de Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, coordenador do Laboratório de Movimentos Populares e Urbanos da UFMG).

Acabou sim. Os operários fizeram greve sem se preocupar com as leis que a proibiam. Falaram de novo de justiça, de melhores salários.

Os trabalhadores ocupam o que é deles, as fábricas, os sindicatos, para reafirmar o seu direito à alimentação, à habitação etc... setores inteiros da sociedade civil fizeram tanto que hoje é assunto cotidiano o que tempos atrás era tema falado baixinho em conversa de pequenos grupos: anistia, direito a ter partidos políticos representativos, movimento sindical, afinal temos reconquistado o direito de ser cidadão.

Enfim temos esperança concreta do que vem de nós, da luta a partir das condições objetivas do dia a dia.

Enfim, temos o direito de andar de cabeça erguida, como temos homens que nos mostram o caminho e que podemos dar como exemplos para os nossos filhos menores, homens como o Lula, como os banidos que retornam a Pátria e tanto gente boa por aí.

Agora, isto é só o início do caminho. Mas a ditadura não acabou em relação ao trabalho. Porque ela deita raízes profundas na sociedade: ditadura no trabalho, no salário mínimo, no transporte coletivo, ditadura da exploração cotidiana baseada nas estruturas e nos homens injustos, na conquista constante de mais dinheiro, poder e saber. Essa ditadura vai acabar porque hoje entendemos melhor as suas causas e ninguém está a fim de entrar na conversa dos falsos líderes, ou de repetir tantos erros cometidos no Brasil por líderes separados das massas.»

8 Jacob Gorender: «Vivemos numa ditadura. Sem massas nada se faz. A luta dos metalúrgicos é mais um elo.»

Os crimes destes 15 anos

Segundo cálculos aproximados do advogado carioca Antonio Modesto da Silva cerca de meio milhão de pessoas comporiam o contingente das vítimas diretas da ditadura ao longo destes 15 anos de repressão. De acordo com o advogado, pelas Auditorias Militares, devem ter passado aproximadamente 492.800 opositores como condenados, processados ou indiciados. Mas se incluíssemos neste conjunto todos aqueles que sofrem a exploração selvagem do arrocho sa-

larial e das péssimas condições de vida predominantes, as perseguições políticas e ideológicas dos mais diversos tipos, bem como aqueles que são obrigados a viver na clandestinidade, terminaríamos concluindo que o listão das vítimas da ditadura engloba grande maioria da população brasileira. Aqui, resumidamente, um quadro esquemático daqueles crimes mais explicitamente políticos e que a oposição já conseguiu apurar.

Exilados	10.000
Cassados	4.682 (1)
Mortos	169 (2)
Desaparecidos	86 (2)
Presos Políticos	200 (3)
Estudantes atingidos pelo 477	245

1 — Pesquisa do Coojornal, publicada no nº 18 de julho de 1977. 2 — Relatório do Comitê Brasileiro pela Anistia. 3 — Este é o número dos presos políticos atualmente cumprindo pena

Março de 1964: a esquerda diante do golpe.

Frente ao movimento militar, a esquerda não teve resposta. O Partido Comunista, hegemônico, é pego de calças na mão, vendo a realidade contrariar suas expectativas de uma revolução nacional democrática pela via pacífica das reformas de base. E as demais organizações, extremamente reduzidas na sua influência política, sequer conseguem marcar presença.

Pouco antes do golpe, Luiz Carlos Prestes em entrevista à televisão, ao responder a uma pergunta sobre as esperanças do Partido em chegar ao poder, declarava categoricamente: «já estamos no governo». O PCB àquela época gozava de uma legalidade de fato, que vinha sendo conquistada desde o início do governo Goulart. Pois Jango, para levar adiante seus propósitos reformistas necessitava incorporar novos setores populares ao processo político, e neste compasso, era obrigado a abrir espaço para a esquerda. No entanto, poucos dias depois da entrevista, nem Jango nem o PCB estavam mais no poder.

Desde 1961, o Partido entrara pra valer na campanha das reformas, dentro de uma linha nacionalista e desenvolvimentista. Conseguira crescer significativamente e além de constituir-se como força hegemônica no movimento popular, ganhara vários adeptos e até mesmo significativas presenças próprias dentro dos cargos governamentais. Assim às vésperas do golpe, o Partido se encontra bastante calçado no governo e a tendência era de uma evolução favorável, até mesmo com certa euforia, por parte das dire-

ções. Segundo as próprias autoridades militares, o Partido contava em 64 com cerca de 25 a 45 mil militantes e algo em torno de 200 mil simpatizantes. A autoconfiança do Partido era tanta, que poucos dias antes do golpe, de novo Prestes, numa conferência a estudantes brasileiros em Moscou, ao ser indagado sobre a ameaça de golpe militar contra Goulart respondia: os golpistas sofrerão uma derrota maior do que quando em 1961 tentaram impedir a posse de Jango, pois o dispositivo militar do Partido impedirá qualquer golpe.

O movimento militar, neste contexto, pega o Partido inteiramente de surpresa, confiante que estava na eficácia de sua orientação que apontava para o caráter democrático burguês e pacífico da revolução a que se propunha para o Brasil. A única resistência nacional que se esboça de fato a de Brizola no Sul, não tem nada a ver com o Partido. O «dispositivo militar» do PCB, assim como o do próprio Jango não aparecem. Mas mesmo assim, o Partido sofre uma feroz repressão, que resulta em centenas de prisões, torturas, mortes e exílios.

Apesar do golpe significar uma dura derrota, para o Partido, seu VI Congresso somente irá se realizar em dezembro de 67, quase quatro anos depois. A derrota de um lado, e a falta de alternativas de outro, vão levar a que pouco depois do golpe comecem a pipocar as várias dissidências que irão constituir-se mais tarde como novas organizações, quase todas enveredando pela vertente do militarismo, e diretamente sob a influência da revolução cubana. Nesta direção, em abril de 1967, quando se realiza a Conferência estadual de São Paulo onde Marighela era Secretário Político — antes portanto do Congresso do Partido que irá se dar no final do ano — uma das resoluções dizia: «Nossa posição é de firme combate à influência ideológica da burguesia dentro do Partido» e nossas alternativas são «as lutas na área rural que nos conduzirão à luta armada». Juntamente com Marighela saem também por então do Partido Mário Alves, Apolônio de Carvalho, Câmara Ferreira, Costa Pinto e Jacob Gorender dentre outros.

No final do ano, ao realizar seu Congresso, o Partido, tranquilamente mantém basicamente as mesmas posições de antes do golpe: «A revolução brasileira, em sua presente etapa deverá liquidar dois obstáculos que se opõem ao desenvolvimento da nação — o domínio imperialista e o monopólio da terra. Ela é assim, nacional e democrática.»

No entanto, se o Partido Comunista era a força hegemônica dentro da esquerda anterior a 64, havia também outras organizações políticas no campo popular. Em 1961, quando da realização da V Congresso, o Partido alinhava-se às novas orientações agora vigentes na União Soviética de Krushev. Mas um grupo no seu interior, liderado por João Amazonas, Maurício Gra-

bois e Pedro Pomar, defendendo as orientações anteriores e, sendo expulsos, terminam por fundar um novo partido em 62 que ganha o nome de Partido Comunista do Brasil — PC do B. Mas ao igual que os demais grupamentos de esquerda da época, o PCdoB não tinha uma presença significativa a nível nacional, e assim, meramente conseguia atuar como uma pequena corrente nas frentes de massa lideradas pelo PCB. Principalmente porque, as divergências para com o PCB sendo muito mais na questão da luta armada ou pacífica e não tanto nas posições políticas, imediatas, o PC do B claramente desprovido de força para lançar-se à luta armada, terminava confundindo-se com o próprio PCB nas linhas de massa.

Já desde 1961 havia também a POLOP, organização que recebeu o nome das iniciais de seu jornal — Política Operária — e que propondo-se a uma linha revolucionária, já em luta pelo socialismo a partir de uma aliança dos trabalhadores da cidade e do campo, chegara a conquistar nas vésperas do golpe uma relativa influência. Mas sobretudo nas áreas de pequena burguesia ou no proletariado fora dos grandes centros industriais. Assim, se a POLOP cumpria um papel, este se dava mais a nível do debate ideológico do que na correlação de forças políticas a nível nacional. E desta forma, as tentativas de organização sindical fora da influência do PCB bem como o esboço de resistência ao golpe não passaram de eventos menores.

As Ligas Camponesas lideradas por Julião principalmente no nordeste, também representavam um polo alternativo ao PCB nos anos 60. Embora mais combativas na luta camponesa, no entanto, não se constituindo como partido de escala nacional, elas não foram capazes de tentar uma influência na conjuntura de golpe. Seu papel

se limitou à participação no curto ensaio de resistência que se desenvolveu em Pernambuco a partir do Governador Miguel Arraes.

A resistência mais significativa que se esboçou diante do golpe, foi comandada não propriamente pela esquerda, mas por Brizola no Rio Grande do Sul. Já desde meados do governo Goulart, Brizola vinha mantendo divergências para com seu cunhado. Estas se davam menos no campo ideológico e sim nos métodos mais ou menos combativos e agressivos para enfrentar o imperialismo, os latifundiários e outros inimigos das reformas. Mas a tentativa de resistência sulina tampouco foi além de um arroubo inicial de Brizola e seus «grupos dos 11». Mas serviu de detonador, como efeito de demonstração, para as cisões que iriam se desenvolver no PCB logo depois do golpe.

Finalmente havia a Ação Popular, que na época como organização católica progressista, exercia uma significativa influência no movimento estudantil. Mas tanto pelo seu caráter como pela sua dimensão, a organização não tinha condições de levar uma política própria diante do golpe. Este é contudo importante no sentido de contribuir para agilizar o processo posterior que a organização vai viver, em 1965 na sua definição em direção à esquerda propriamente dita.

Enfim, a esquerda enfrenta 64 sob a hegemonia do PCB que se achava inteiramente despreparado para oferecer uma alternativa aos setores populares. Tanto pela sua linha, política, como pela sua avaliação da conjuntura, ambas ligadas entre si, e fruto de uma visão de que o capitalismo brasileiro poderia se reformar gradativamente, em direção a uma futura e incerta transição ao socialismo.

15 anos de ditadura. Chega de opressão!

64

Vence a contra-revolução

Em meio ao ascenso do movimento popular, lutando pela sua livre organização e pelas reformas de base de modo mais ofensivo desde o início dos anos 60, a contra-revolução corria solta e mais ágil. Apoiadas pelo imperialismo e pelo empresariado nacional, e contando com certo respaldo nas camadas médias, a cúpula das forças armadas, partindo de Minas no dia 31 de março, consuma a 1ª de abril o golpe militar que iria instaurar a mais longa ditadura militar que o país já viveu. Imediatamente desencadeia-se uma onda de prisões, intervenções e invasões de organismos oposicionistas, enchendo os cárceres e levando ao exílio milhares de lideranças. Ainda em abril o «Comando Supremo da Revolução» edita o Ato Institucional, e o

cessivamente jogada para o além. Nos conchavos do Comando Supremo da Revolução decide-se finalmente que Castello ficaria no poder até 1967. E em outubro, numa demonstração oposicionista nas eleições para governadores, Negrão de Lima no Rio e Israel Pinheiro em Minas vencem os candidatos apoiados pela Revolução. A reação militar é forte, ameaça intervenção nos dois estados. Mas ao fim, em novembro, opta-se pela edição de mais um Ato Institucional, o de nº 2, o qual põe fim ao que restava da democracia do pré-64: as eleições para governadores passam a ser indiretas, os partidos são extintos, e reabrem-se as discussões.

66

O protesto do voto nulo

A reação burguesa não tardou diante do fechamento do poder militar e da recessão econômica deflagrada a partir de 64. Em setembro



64 O golpe se consuma rapidamente.

Marechal Castello Branco toma posse, iniciando-se as levas de cassações de direitos políticos, as reformas econômicas abrindo a economia ao grande capital estrangeiro e nacional, e a política do arrocho salarial. Massacrado o processo revolucionário que se iniciara no começo da década, a contrarrevolução, preventivamente, como declararam seus chefes, se instauram no poder.

65

A 1ª derrota da ditadura

As promessas de restauração da democracia, sob as quais havia sido dado o golpe, são su-

Dia 31 de março, o regime militar implantado em 1964 comemora seus 15 anos, em meio a uma crise sem precedentes na sua história. Aqui, em lances rápidos, a memória que a oposição guarda deste período. Ano após ano, foram derrotas e meias vitórias. Das torturas e mortes nos cárceres da ditadura, às mobilizações de massa dos trabalhadores, estudantes e demais camadas populares, passando pelos zig-zags da oposição parlamentar e os arroubos das dissidências burguesas. Hoje, as oposições populares vivem um novo e segundo momento de ascensão desde o golpe. O que elas aprenderam nestes 15 anos?

67

Oposições botam a cabeça pra fora

Sob a nova Constituição, obra de Castello e que consagra a democracia forte, Costa e Silva toma posse em março, num novo estilo de governo que tenta popularizar a Revolução. Simultaneamente a oposição começa a sair dos marcos institucionais. Em abril é descoberto e reprimido o intento de guer-



65 Israel em Minas derrota o regime

rilla da Serra do Caparaó. Enquanto isto, manifestações estudantis começam a ocorrer em vários pontos do País, a partir da luta por mais vagas e verbas para as universidades. Mesmo na clandestinidade, a UNE



66 A oposição protesta através do voto nulo.

consegue realizar seu 29º Congresso.

68

A ditadura era mais forte

Num ascenso geral da oposição, seu eixo desloca-se claramente para os setores populares, especialmente da classe média. Logo em março, no Rio, ocorre a morte do estudante Edson Luis as-

assinado pela repressão na invasão policial do restaurante Calabouço. Imediatamente, 60.000 pessoas vão às ruas em passeata de protesto. Num crescendo, mobilizações massivas de estudantes e populares se espalham por todo o País ao mesmo tempo em que a repressão recrudescer sua ação, não só nas ruas, mas também nas prisões com torturas, mortes etc. Neste contexto, o movimento estudantil amplia suas lutas, passando das questões específicas para o combate ao próprio regime ditatorial. No auge destas mobilizações,

popular bem como seu vanguardismo e preponderância de camadas médias do outro, começam a jogar a favor da ditadura. No segundo semestre os sintomas de esgotamento da oposição se manifestam. O ensaio de greve dos bancários em Minas fracassa, e a segunda greve dos metalúrgicos de Belo Horizonte e



67 Lacerda: da conspiração do golpe à Frente Ampla.

Contagem é brutalmente reprimida em outubro. Ao mesmo tempo a Universidade de Brasília é invadida, o 30º Congresso da UNE é reprimido em Itabuna, e a extrema direita, através do CCC ataca os estudantes de Filosofia da USP. Neste contexto vem o Ato Institucional nº 5 em dezembro, fechando o Congresso e implantando a repressão mais selvagem que o país já conheceu.

69

O terror policial e a aventura militarista

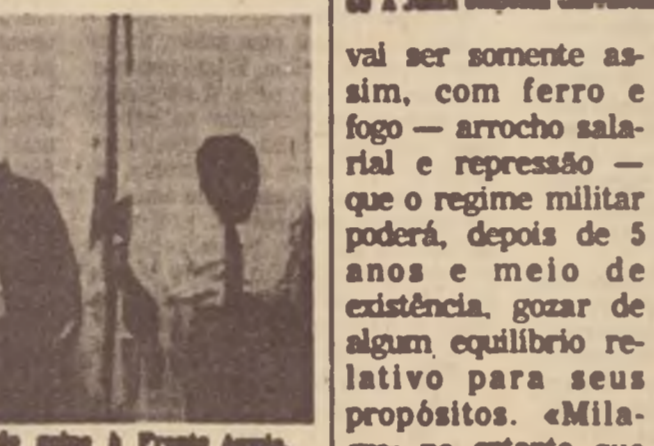
Com a euforia do milagre econômico



68 Passeata dos 100.000 no Rio

contra o arrocho salarial. E no mesmo compasso, é comemorado em Belo Horizonte e São Paulo o 1º de Maio na capital paulista os trabalhadores na Praça da Sé, põem para correr do palanque as autoridades e pelegos. Poucos depois dá-se a greve dos metalúrgicos de Osasco, onde 4000 operários tomam as fábricas durante 12 horas sendo reprimidos violentamente. Mas a recuperação econômica de um lado e a fragilidade orgânica da oposição

movimento estudantil, fechando entidades e expulsando lideranças das universidades. A repressão policial se intensifica sobre a oposição através de prisões, sequestros, torturas brutais, assassinatos e desaparecimentos. E esta somente consegue marcar presença e existir nacionalmente adequando seus métodos



69 A Junta empossa Garibaldi.

val ser somente assim, com ferro e fogo — arrocho salarial e repressão — que o regime militar poderá, depois de 5 anos e meio de existência, gozar de algum equilíbrio relativo para seus propósitos. «Milagre» no entanto que somente durará até 1972.

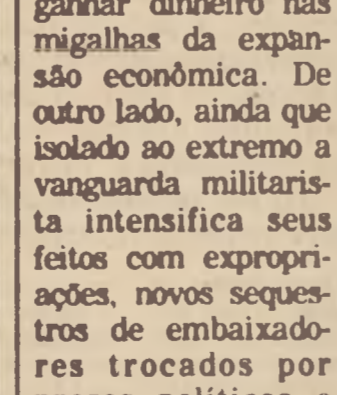
70

«Prá frente Brasil»



70 A greve dos metalúrgicos do ABC

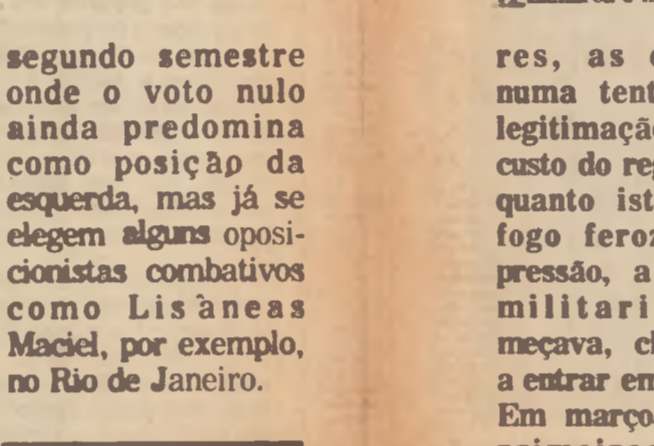
É o auge do milagre, comemorado no meio do ano com o Tricampeonato Mundial de Futebol conquistado pela seleção brasileira e com a euforia de setores da classe média começando a ganhar dinheiro nas migalhas da expansão econômica. De outro lado, ainda que isolado ao extremo a vanguarda militarista intensifica seus feitos com expropriações, novos sequestros de embaixadores trocados por presos políticos e



71 A euforia do milagre com o Tricampeonato.

começando a ser cantada, a oposição vai se isolando nas próprias vanguardas. No início do ano ainda são ensaiadas algumas manifestações estudantis, porém reduzidas. A aplicação do Decreto Lei 477 desbarata o

segundo semestre onde o voto nulo ainda predomina como posição da esquerda, mas já se elegem alguns oposicionistas combativos como Lisâneas Maciel, por exemplo, no Rio de Janeiro.



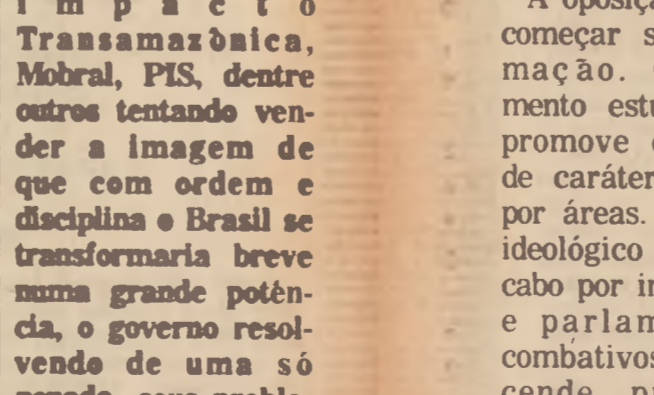
71 Lacerda é morto no sertão baiano

res, as escolas, numa tentativa de legitimação a todo custo do regime. Enquanto isto, sob o fogo feroz da repressão, a oposição militarista começava, claramente em declínio. Em março, vêm as primeiras condenações de presos políticos à pena de morte e prisão perpétua. Em setembro, as forças policiais matam Carlos Lamarca no interior baiano.



72 O «milagre» era um truque

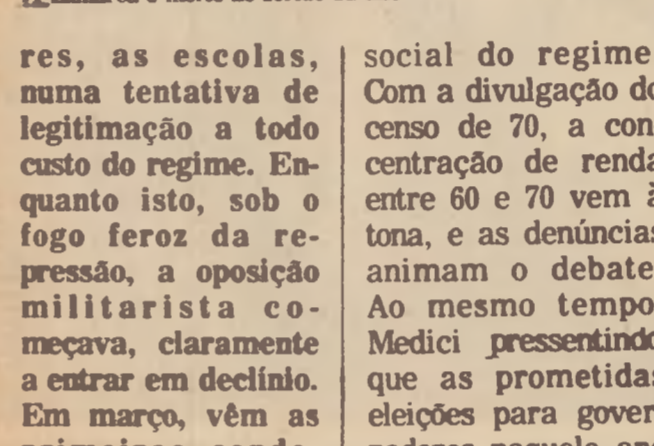
Depois de anos de silêncio, o movimento operário começa a se manifestar através de pequenas paralisações parciais, sobretudo na indústria do grande ABC, levadas espontaneamente, à revelia das direções sindicais. São várias notícias que pouco a pouco vão piocando na imprensa apesar



73 O «milagre» era um truque

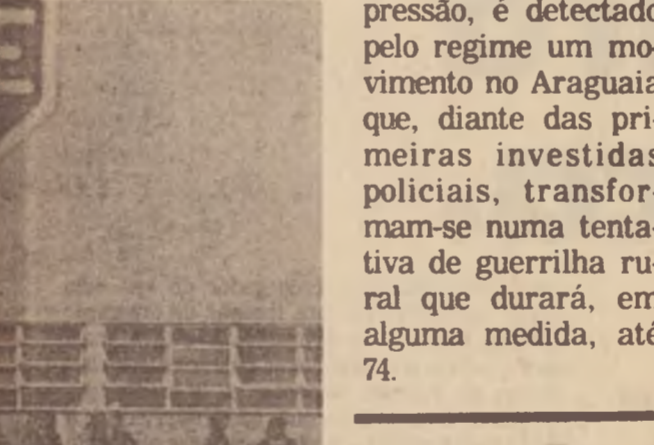
A oposição volta a começar sua reanimação. O movimento estudantil já promove encontros de caráter nacional por áreas. O debate ideológico levado a cabo por intelectuais e parlamentares combativos se reanima, principal-

mente em cima da denúncia da explosão econômica e da brutal censura prévia generalizada — sob a forma de pequenas notas, dando conta deste despertar dos trabalhadores. De outro lado, numa disputa de bastidores até hoje pouco conhecida, trava-se a luta da sucessão presidencial entre, as várias facções militares, terminando, por fim,



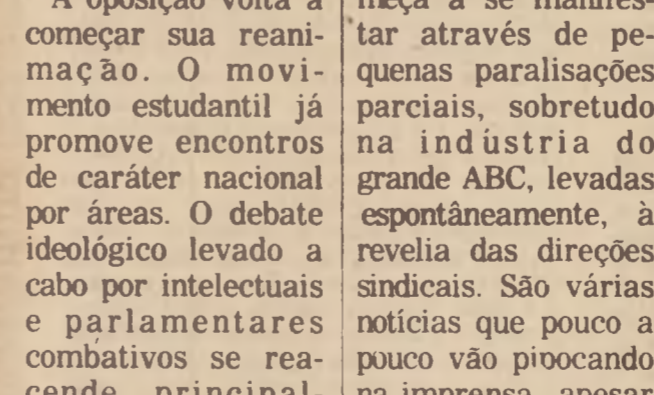
74 O voto de protesto através do MDB.

social do regime. Com a divulgação do censo de 70, a concentração de renda entre 60 e 70 vem à tona, e as denúncias animam o debate. Ao mesmo tempo, Medici presentindo que as prometidas eleições para governadores naquele ano dariam resultado desfavorável ao regime, baixa Ato Complementar adiando-as mais uma vez. Por outro lado, enquanto as ações armadas urbanas vão acabando sob a fúria da repressão, é detectado pelo regime um movimento no Araguaia que, diante das primeiras investidas policiais, transformava-se numa tentativa de guerrilha rural que durará, em alguma medida, até 74.



75 A panela começa a ferver

A distensão não consegue engolir a derrota eleitoral, a crise econômica que



76 A burguesia dá o berro

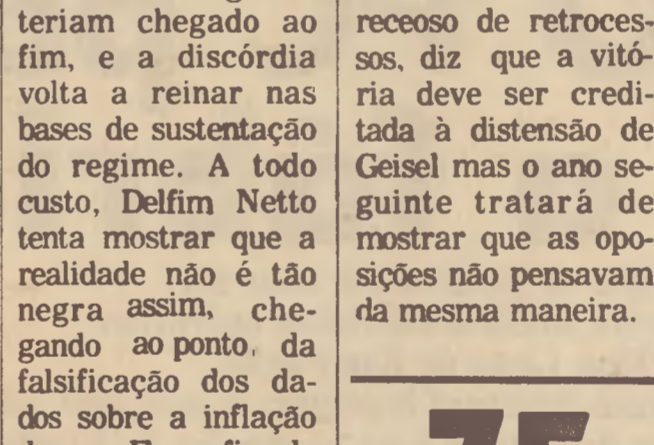
Os setores empresariais em alguma medida com frágeis ligações junto ao capital internacional começam a dançar diante da crise. E as

saídas que encontram é começar a berrar contra o Governo, mesmo que para isto tendo que cortar a democracia. O coro democrata começa a se insinuar durante o ano, para surpresa de todos, preparando a ofensiva que se dá no início do ano seguinte de modo bombástico. Severo Gomes dava cordas a estas veleidades em alguma medida até as estimulava, desde sua posição de ministro, o que terminaria por lhe custar a demissão poucos meses depois, no início de 77. De outro lado, se Geisel havia contido um pouco da



77 Estudantes vão às ruas em passeatas

res veio a resposta curta e grossa: derrota da Arena num claro voto de protesto contra o regime, ainda que em alguns setores da oposição permanecesse a posição de voto nulo. O MDB, recessivo de retrocessos, diz que a vitória deve ser creditada à distensão de Geisel mas o ano seguinte tratará de mostrar que as oposições não pensavam da mesma maneira.



76 Severo Gomes agita burguesia-descontente

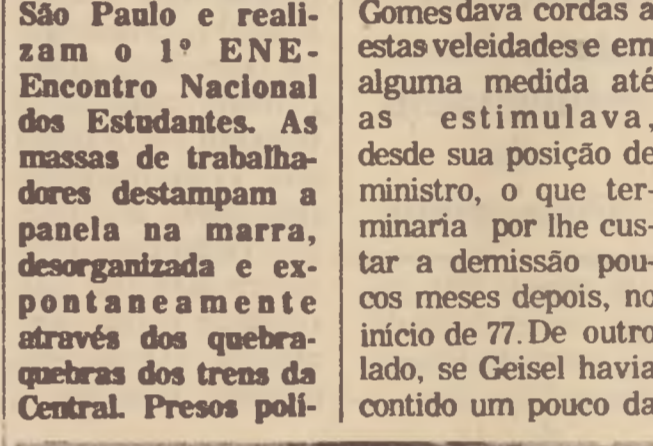
Wladimir Herzog e Manoel Fiel Filho em São Paulo, centenas de prisões e bárbaras torturas e desaparecimentos.



77 Oposições saem às ruas

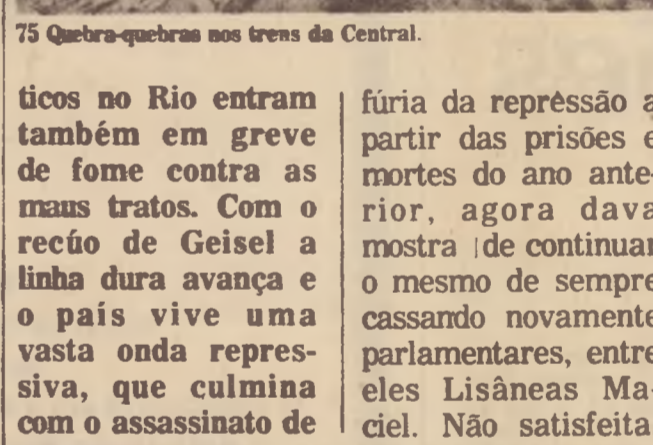
O início do ano denota o que o final do ano anterior prenunciara. Geisel só consegue um mínimo de legitimidade assumindo o poder com as promessas da distensão. E a crise econômica é

reconhecida pelo próprio Governo que, ao fazê-lo, já de início mostra para o povo qual será sua linha de resolução para a situação: arrocho permanente e abertura ainda maior ao capital estrangeiro. E todo mundo entendeu; tanto assim que ao final do ano, nas eleições parlamenta-



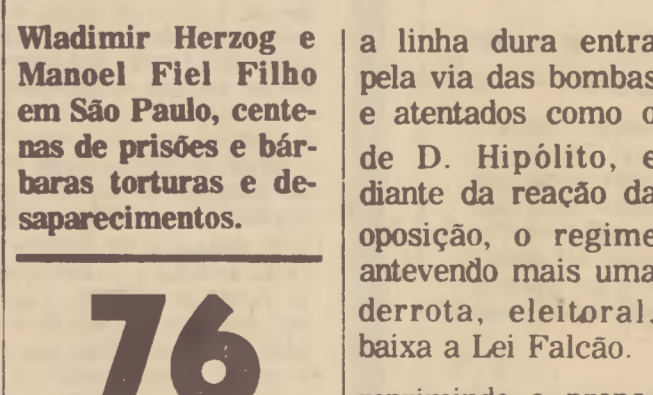
75 Quebra-quebra nos trens da Central.

res, as escolas, numa tentativa de legitimação a todo custo do regime. Enquanto isto, sob o fogo feroz da repressão, a oposição militarista começava, claramente em declínio. Em março, vêm as primeiras condenações de presos políticos à pena de morte e prisão perpétua. Em setembro, as forças policiais matam Carlos Lamarca no interior baiano.



74 O voto de protesto através do MDB.

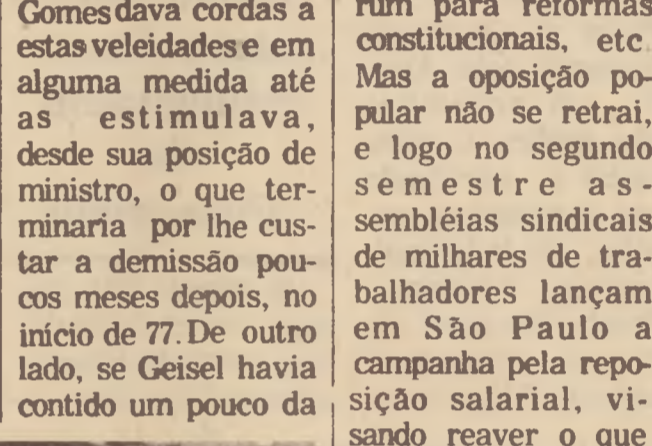
Wladimir Herzog e Manoel Fiel Filho em São Paulo, centenas de prisões e bárbaras torturas e desaparecimentos.



76 A burguesia dá o berro

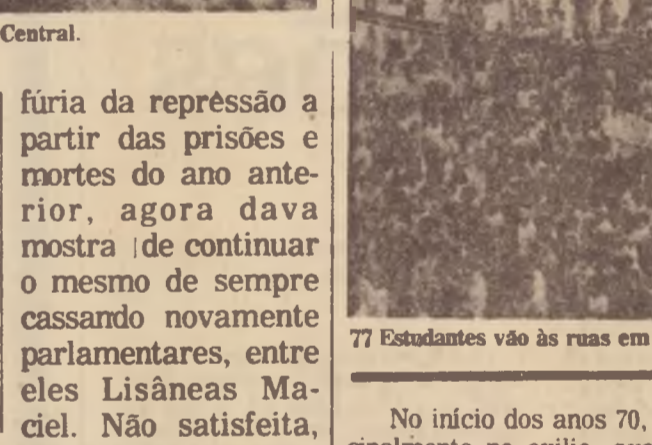
Os setores empresariais em alguma medida com frágeis ligações junto ao capital internacional começam a dançar diante da crise. E as

saídas que encontram é começar a berrar contra o Governo, mesmo que para isto tendo que cortar a democracia. O coro democrata começa a se insinuar durante o ano, para surpresa de todos, preparando a ofensiva que se dá no início do ano seguinte de modo bombástico. Severo Gomes dava cordas a estas veleidades em alguma medida até as estimulava, desde sua posição de ministro, o que terminaria por lhe custar a demissão poucos meses depois, no início de 77. De outro lado, se Geisel havia contido um pouco da



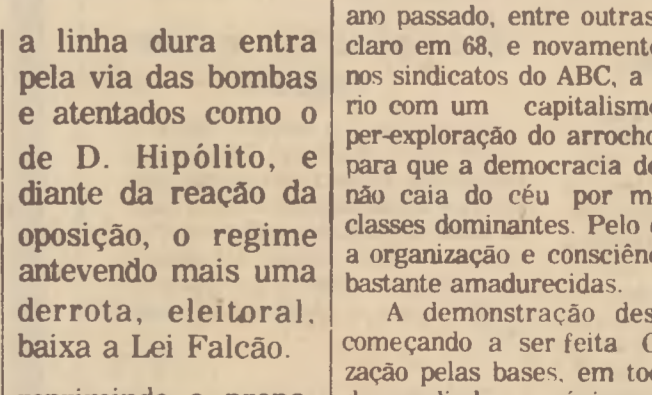
75 Quebra-quebra nos trens da Central.

fúria da repressão a partir das prisões e mortes do ano anterior, agora dava mostra de continuar o mesmo de sempre cassando novamente parlamentares, entre eles Lisâneas Maciel. Não satisfeita,



77 Estudantes vão às ruas em passeatas

Wladimir Herzog e Manoel Fiel Filho em São Paulo, centenas de prisões e bárbaras torturas e desaparecimentos.



76 A burguesia dá o berro

Os setores empresariais em alguma medida com frágeis ligações junto ao capital internacional começam a dançar diante da crise. E as

realizando o 3º ENE — Encontro Nacional de Estudantes — em setembro na cidade de São Paulo, apesar da repressão violenta à Universidade Católica com um saldo de vários feridos e presos. E o MDB termina assumindo a tese da Constituinte em Setembro numa Convenção Nacional De outro lado, a crise militar em torno da sucessão se desentrelaça e agrava, terminando com a exoneração do Ministro do Exército, general Silvío Frota, por Geisel. Ao mesmo tempo, fora do Brasil, Brizola era expulso do Uruguai e partia para os Estados Unidos.

78

O regime balança

Escolhido Figueiredo como sucessor de Geisel, a crise militar sobe de temperatura, com a de-

continua na pág. 8



77 Estudantes vão às ruas em passeatas

No início dos anos 70, muitos oposicionistas, principalmente no exílio, avaliavam que o regime implantado em março de 64 duraria décadas, como na ditadura espanhola ou portuguesa.

Hoje é consenso que, ao completar seus quinze anos, o regime está em crise, ainda sem grandes saídas para seus principais beneficiários: o grande-capital internacional e nacional. Para alguns, otimistas como Brizola, o regime já iniciou a transição democrática, de novo nos moldes espanhóis, e quem sabe, com Figueiredo dando uma de Suarez.

Mas as oposições populares aprenderam nestes 15 anos, para não se iludirem novamente. Houve muitas crises ao longo do período e nenhuma delas abriu espaço para uma real democracia para os trabalhadores: a Frente Ampla em 66/7; a sucessão de Costa e Silva com a Junta Militar e Medici e a Frente Nacional de Redemocratização, com Euler no ano passado, entre outras. Além do que, como ficou claro em 68, e novamente agora com a intervenção nos sindicatos do ABC, a ligação do regime autoritário com o capitalismo que sobrevive com a super-exploração do arrocho é suficientemente estreita para que a democracia desejada pelos trabalhadores não caia do céu por meras dissidências entre as classes dominantes. Pelo contrário, é necessário que a organização e consciência dos explorados estejam bastante amadurecidas.

A demonstração desse amadurecimento está começando a ser feita. O fortalecimento da organização pelas bases, em todos os setores de trabalhadores, aliado ao máximo vigor na luta pela conquista das liberdades democráticas, no sentido do acúmulo de forças em torno dos objetivos mais gerais de transformação mais profunda da sociedade, são caminhos que, de modo genérico e ainda controverso em meio às oposições, indicam a resposta para o «agora?».

A continuidade da luta contra o regime, solidificando os pontos de unidade oposicionista, poderá passar, em 1979, por ganhos significativos a nível da substituição da estrutura sindical atrelada ao Estado das organizações dentro das empresas, da anistia ampla geral e irrestrita e das possibilidades concretas de organização partidária livre.

15 anos de ditadura, chega de opressão!

continuação da pág. 7

missão de Hugo Abreu da Casa Militar e o posterior lançamento da candidatura do General Euler Bentes pelo MDB. E apesar de todas as comportas colocadas desde o início para que a distensão não vaze além dos limites, o ano é de generalização e organização do movimento popular em geral. Lançamento do Movimento Custo de Vida em março; greves no ABC em maio; médicos residentes no Rio e em São Paulo param em julho; em agosto os líderes sindicais autênticos desafiam o pelego Ari Campista no congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria; bancários ensaiam uma greve em São Paulo; metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos vão à greve em novembro, apesar das direções pelegas. Enfim, a greve chegou para

ficar e se esparrama por vários estados ainda que localizada. O movimento estudantil entra em refluxo relativo, mas assim mesmo consegue realizar o 4º Encontro Nacional de Estudantes em São Paulo; União Estudantes de Estudantes são formadas ou preparadas para breve em vários estados; a reconstrução da UNE entra na reta final para o ano seguinte. Se a ditadura ainda prende, como ocorreu com o estudante Cajá e outros em Pernambuco, e com a Convergência Socialista em São Paulo, por outro lado, já não consegue torturar e matar impunemente como antes. A luta pela anistia avança, com a realização em São Paulo do Congresso Nacional pela Anistia em novembro que unifica a campanha e aprofunda seu componente popular. Do lado institucional, vencida a Frente Nacional de Redemocratização, e sagrado Figueiredo,

vêm as reformas de Geisel que tentam dar uma moldura mais civilizada à ditadura, mas que não conseguem diminuir o ímpeto das oposições, que num só coro as denunciam como uma farsa. E finalmente, as eleições parlamentares em novembro vêm repetir o protesto vigoroso contra o regime que já havia se dado em 74, juntando a mais, agora, alguns ganhos qualitativos obtidos pela numerosa vitória de parlamentares mais ligados aos movimentos de oposição popular.

79

Trabalhadores «atrapalham» democracia de Figueiredo

As greves não param, os trabalhadores tentando tirar o atraso, no que o

arrocho lhes roubou ao longo destes 15 anos: motoristas de ônibus e lixeiros no Rio; fumageiros em vários estados; e agora metalúrgicos no ABC juntamente com motoristas de ônibus da região; além de várias outras menores em diversos pontos do país. Nas camadas médias, os professores do Rio bem como os médicos também fazem seus testes grevistas e estão sendo aprovados. Ao mesmo tempo em que começam a voltar vários exilados, a luta pela anistia ganha alento com o MDB apresentando projeto no Congresso que restabelece a prerrogativa da concessão ao Legislativo e propõe uma anistia ampla e irrestrita. De outro lado, sindicalistas autênticos propõem um Partido dos Trabalhadores para breve. E o Partido Trabalhista Brasileiro acelera sua reorganização, enquanto Figueiredo promete abrandar a

legislação partidária. O novo general toma posse e, para mostrar o que é e a que veio, intervém nos sindicatos do ABC deixando claro o que é a democracia da distensão e das reformas. Democracia relativa como ele mesmo já deixou claro várias vezes em entrevistas, o que quer dizer, relativa apenas aos patrões e não aos trabalhadores. Mas a luta continua...



Ernesto Braun

Política econômica

O papo furado dos patrões

Os patrões da FIESP deram, durante a greve do ABC, uma clara demonstração das suas falsas pretensões democratizantes. Como um bloco, imbuidos da rigidez autoritária que os caracteriza quando da defesa dos interesses do grande capital nacional e estrangeiro, em nenhum momento mostraram sinais de dúvida quanto à negatividade da proposta salarial metalúrgica ou ao reconhecimento dos delegados sindicais. Pelo contrário, apoiados pela repressão policial e burocrática do Governo e seu Ministério, dito do Trabalho, não titubearam em apelar a intervenção nos sindicatos, à prisão de grevistas e à repressão aos piquetes.

Os trabalhadores metalúrgicos e todo o extenso movimento de solidariedade que se organizou desde os primeiros dias da greve souberam, no entanto, fazer frente à ofensiva patronal e, rompendo o isolamento que quiseram lhes impor, demonstrar ao conjunto da população o caráter justo e legítimo do movimento.

Velha ladainha

A rigidez autoritária e antipopular dos patrões, no entanto, vem sempre camuflada por alegações de ordem econômica ou jurídica que cabe ao movimento combater e desmistificar. São os patrões os primeiros a repetir a velha ladainha que afirma que os aumentos salariais são os responsáveis pela inflação. Como a inflação toca na bolsa de toda a população e sobretudo naquelas de menores rendas, a identificação da luta salarial como responsável pelo seu aumento tem como objetivo isolar o movimento de seus aliados naturais.

A verdade, no entanto, é bem outra. Ninguém pode fazer crer hoje à opinião pública que a inflação existente no País tenha sido causada pelos aumentos salariais. Todós sabemos que um dos eixos centrais da política econômica implementada pela ditadura militar foi o arrocho e a contenção salarial. Os trabalhadores não só viram contidos durante esses anos os seus salários, mas, sobretudo, viram seus valores mais aviltados. A responsabilidade pela inflação cabe a outros; aos próprios patrões nacionais e estrangeiros e a orgia especulativa do império financie-

rio criado e fomentado por eles com a ajuda subserviente dos tecnocratas ministeriais.

Os reajustes, exigidos pelos trabalhadores e por todas as categorias que vêm se mobilizando na defesa de melhores salários, não podem, tampouco, ser acusados de alimentar a inflação existente. Os reajustes devem ser superiores aos índices do custo de vida, por, pelo menos, duas razões. Em primeiro lugar, porque também aumentaram substancialmente os índices de produtividade do trabalho na maioria dos setores industriais e sobretudo metalúrgico, permitindo, assim, a absorção de aumentos salariais, a menos proporcionais àqueles índices. Em segundo lugar, porque mesmo sendo reajustado, o salário médio anual vê-se diminuído em seu poder de compra pela permanência da inflação. Desta maneira, os trabalhadores não buscam outra coisa senão garantir a manutenção do valor de seu salário médio anual.

O capitalismo, o culpado

Na realidade, a inflação não é só criada pelas distorções inerentes ao capitalismo como realimentada pelos próprios capitalistas individuais, quando estes, alegando não poder ver diminuídos os seus lucros, transferem parte, ou a totalidade, dos aumentos salariais para o preço das mercadorias.

Nesse período, inclusive, os lucros dos capitalistas não foram e nem são pequenos. Em uma relação aproximativa da taxa de lucro (lucro líquido/patrimônio líquido) podemos observar que a média anual para as 400 maiores empresas no período 1968/74 foi de 15,83% para as empresas multinacionais e de 12,53% para as empresas de capital privado nacional, tendo em alguns anos chegado a mais de 20%.

Dessa maneira, fica claro, os capitalistas buscam transferir para o povo o ônus de uma política econômica e de sua inflação, que não corresponde, no mais mínimo, aos interesses populares e que só pode subsistir até agora graças à força das armas do regime militar (J.M)

Luta operária na Zona Leste de São Paulo (1)

Getúlio morre. O PC pára a fábrica.

Da morte de Getúlio aos anos 60, eis a primeira história das lutas operárias na Zona Leste de São Paulo.

O emissário do Comitê Regional leva para o operário Gentil a notícia da morte de Getúlio e as instruções do Partido para a deflagração de uma greve.

A greve sai.

E o operário, entusiasmado, faz sua estréia, discursando pela primeira vez para a massa.

Por Antonio Carlos Félix Nunes

Os membros do Partido agiram com rapidez, concitando os operários à greve e dando-lhes ciência da passeata, que sairia logo mais pelas ruas do Belenzinho, engrossada pelos trabalhadores de outras empresas. O tecelão Gentil, secretário político, tivera um contato com o emissário do Comitê Regional logo pela manhã, antes da entrada em serviço. Até aquele momento, tudo estava em calma. A cidade ainda dormia, e só os operários, em magotes alegres, desciam dos bondes e dos ônibus, rumando às fábricas. Nos portões das empresas, operários formavam rodinhas e discutiam futebol, aventuras amorosas, lembranças de seus lugares de origem. Preenchiam os minutos que faltavam para bater o cartão de ponto. Depois estariam nos teares, nas máquinas da tinturaria, nas oficinas de manutenção — trabalhando em silêncio.

O emissário do Comitê Regional trazia a Gentil a notícia e as instruções do Partido. Getúlio Vargas se suicidara, mas só depois de meio dia, possivelmente, o acontecimento seria divulgado. Explicou Gentil que o Comando Militar previa a reação popular e, em razão disso, procuraria ganhar tempo visando reduzir o impacto que a morte do estadista causaria aos trabalhadores. Com certeza, o plano é colocar as tropas nas ruas, estabelecer um esquema de segurança nos pontos estratégicos, enquanto a população ainda não sabe do fato. Depois divulgará a notícia pelas rádios.

Emocionado, o operário Gentil ouvia o relato, que saía da boca do emissário em tom de cochicho, rente aos seus ouvidos. «Não alarme logo, — dizia-lhe o outro. Completava: «não podemos despertar a atenção da polícia, que já deve estar infiltrada entre vocês. E preciso surpreendê-la com um esquema de greve lá dentro. Uma deflagração rápida, fulminante, para se garantir o êxito do protesto. Revela o emissário: «a cúpula do nosso Partido reuniu-se muito antes do suicídio, pois já havia algo no ar, um golpe estava em marcha. Getúlio frustrou a intenção

golpista, com seu ato. Aliás, o suicídio é ainda uma versão a ser discutida. Acredita-se que Getúlio tenha sido «apagado» pelos seus adversários. De qualquer maneira, suicídio ou assassinato, nesta altura dos acontecimentos, darão na mesma coisa: o povo não vai aceitar passivo o desaparecimento de seu caudilho. E esta é a oportunidade de o Partido assumir a liderança dos trabalhadores, agora orfãos, reorganizá-los e colocá-los no caminho da revolução proletária.

As palavras saíam sussurradas, às vezes interrompidas ou quebradas, quando operários passavam por perto e lançavam olhares curiosos em direção dos confabuladores. Não obstante, o emissário deixava transparecer seu entusiasmo. Parecia comunicar que uma nova era surgia para o tímido PC, há pouco ressurgido praticamente das cinzas a que a repressão tinha reduzido seus quadros. Ele mesmo, o emissário, conhecido apenas por Jota, era um dos poucos sobreviventes do processo de aniquilamento movido pelo regime de Getúlio Vargas. Sente vontade de abrir-se ao outro, relatar sua experiência, os perigos pelos quais passou durante as negras madrugadas da ditadura. Madrugadas em que rondava pelas portas das fábricas, encapotado, cabeça enterrada no chapéu de feltro, escondendo o rosto, desviando-se dos homens suspeitos postados em cada esquina, nas proximidades das indústrias, misturados aos operários. Uma «via-cruzis» quase ingloria, porque as fábricas estavam vazias dos camaradas, as bases tinham sido todas destruídas, não havia ninguém para constatar. Mas cumpria uma determinação tomada pelos poucos dirigentes que restaram: reconstruir o Partido nas fábricas, custe o que custar. Descobrir entre os operários alguém em que se apoiar, um simpatizante do Partido, um admirador de Prestes, ou mesmo um desgarrado militante atirado ao ostracismo político pela repressão. O tecelão Gentil, hoje fiel e abnegado dirigente de base, fora sua descoberta. A ele chegou através do espanhol Pepe, um ex-

anarquista, indiscreto propagador do seu ódio mortal a Franco. Pepe era incapaz de organizar qualquer coisa. Sua competência estava mais para atacar o governo, soltar palavrões contra o regime de Franco, lamentar a frouxidão dos operários «uns bestas que não reconhecem a força que possuem», costumava dizer alto, sem medir consequência, indispondo os trabalhadores contra ele. Mas Pepe também se acomodara no decorrer daqueles difíceis dias da ofensiva policial de Getúlio. Cortou seu relacionamento com os camaradas conhecidos, passou a falar menos na fábrica, já não soltava seus improperios contra Franco. Até que o emissário Jota o descobriu e ficou sabendo que havia um operário tranquilo e ponderado, com idéias vagas sobre socialismo, interessado em se aproximar do Partido. «O moço é honesto e inteligente. Vou apontá-lo de longe, não quero me comprometer com apresentação, e o resto fica por sua conta. E só o que posso fazer, depois me ignore — foi a única dica que o espanhol Pepe, fechado em medo, deu ao emissário Jota.

Hoje, o medo acabou. Gentil se revelou um hábil dirigente político. Recrutou dezenas de operários, construiu uma grande base partidária. Uma vanguarda da luta operária dentro da fábrica, um posto avançado do Partido em termos nacionais, apontado em seu mapa clandestino como uma das grandes células reconstruídas no País todo, após a fúria esmagadora de Getúlio. O emissário Jota teve vontade de recordar tudo isso ao secretário Gentil, e gritar bem alto: companheiro, o Partido é indissolúvel! Nenhum governo, nenhuma força fascista o matará. Sua cabeça é o ideal de libertação da classe operária, e a classe operária ninguém destruirá. «Mas o momento era de ação. As centenas de fábricas do Belenzinho deveriam, logo mais, estar todas fechadas. E na rua os operários, em passeata, liderados pelos membros das respectivas bases.

Com um «até breve» o emissário Jota se despediu do tecelão Gentil. Lá dentro começava a comunicação, com a palavra-de-ordem do Partido. Papeizinhos rascunhados foram passados de mão em mão. Nos mictórios, rápidas inscrições a giz: «Getúlio Vargas morreu. Todos à greve.» No espaço de uma hora, a fábrica se esvaziava. Em meio a gritos, choros, exclamações de descrédito à notícia, os operários se atropelavam no corredor da fábrica. Lá fora iniciava-se a formação da passeata, Gentil na frente, discursando aos seus companheiros de trabalho pela primeira vez, desde que se engajara no Partido.

Na próxima semana: a mocinha que transformou sua roupa íntima numa bandeira de luta.

Peru

Balanco do movimento sindical e popular:

1976-1978



Eleições, professores, trabalhadores da saúde e mineiros.

• As eleições para a Constituinte passarão a ocupar o primeiro plano da vida política nacional e o sentimento de rejeição à situação imperante será parcialmente canalizado no jogo político. A persistência das forças políticas de esquerda em seu intento de fundir-se com o movimento em auge, redundará numa percentagem elevada de votação: 33% desta forma a esquerda canalizará parte da rejeição popular ao governo atual.

O movimento sindical continua seu curso porém mediante lutas setoriais. As lutas vitoriosas do SUTEP (professores) de 8 de maio a 27 de julho de 1978; dos trabalhadores da saúde de 15 de julho a 11 de agosto e a fracassada greve dos mineiros de 9 de agosto a 7 de setembro manterão vivo o movimento com as seguintes características: seu caráter reivindicativo, sua ampla duração e mobilizações permanentes.

Depois das eleições, a racionalização na administração pública encontra um amplo movimento na mobilização dos trabalhadores estatais que rejeitam as dispensas massivas. O despertar desse setor é concretizado em organização pela criação do CITE.

Dezembro de 1978: concessões seletivas e nova política trabalhista.

• Durante a momentânea paralisação do movimento popular em fins de 1978, vários eventos sindicais aconteceram: 23 de setembro tem lugar a primeira Assembleia Nacional Unitária convocada pelo PCP (maioria) e bases opostas a atual direção da CGTP; o V Congresso da CCP que avança em força e organização e que contou com a participação da CNA e muitas de suas bases; de 26 a 30 de setembro se realiza o V Congresso da CGTP no qual a disputa por uma centralização sindical não alcança avanços significativos desde que não participam associações importantes como a CCP, CNA, CITE, FNMM, etc.; em 21 de dezembro tem lugar a Terceira Assembleia de bases da comissão Organizadora do Primeiro Congresso da FDT (Federação Departamental de Trabalhadores) em Lima.

Centralização Sindical: panorama obscuro.

• A realização das greves nacionais criaram um sentimento unitário dentro do movimento sindical e a necessidade de fortalecer uma só direção. A ruptura do PC que deu origem a outro partido (PCM) momentaneamente criou expectativas, mas sua força sindical era menor do que esperada e o CCUSC não é uma alternativa real. Por sua parte o CUL como organismo nascido das greves não conseguiu se constituir em organismo permanente e a CGTP enxerga nele um concorrente. Entretanto começa a gestar-se lentamente as bases de uma unidade sindical em torno da FDT de Lima assim como uma ampliação das coordenações políticas que trabalham nessas bases. A ausência de uma direção única é um elemento a mais que retira a potencialidade do movimento e que constitui um freio à mobilização. Nesse sentido, o papel que a CGTP assumiu e as várias posições em relação a ela, continuam sendo o eixo principal da centralização sindical uma vez que é a mais forte confederação de trabalhadores no Peru.

Uma característica que marca, adicionalmente o movimento sindical peruano é a grande importância das Federações chamadas independentes como SUTEP, FNMM, CITE, CNA, CCP, etc.

Contrariamente ao que pensavam as direções políticas, em dezembro do ano passado, 4ª greve nacional terminou por produzir mudanças importantes demonstrando agora sua eficácia. A política trabalhista do governo sofreu uma mudança em relação às questões reivindicativas: em quase todos os setores em que o Estado mantém ainda presença e poder decisório se «solucionam» as reivindicações apresentadas.

A greve de 9, 10 e 11.

• Várias são as razões que motivaram o fracasso da greve geral. Quase todas já são conhecidas com exceção do importante fato de que nos 45 dias anteriores à greve o governo solucionou reivindicações econômicas em alguns setores e que no momento da greve se encontravam inativos: entre outros, os pescadores pelo término da temporada de pesca; os professores pelas férias escolares e o ramo têxtil por suspensão de operações como tradicionalmente se faz naquela época do ano.

Entre os fatores que concorreram para seu fracasso podemos enumerar os seguintes: a) a neutralização da greve pelo Apra utilizando sua reduzida força sindical para promover o boicote; b) a recusa persistente da CGTP para concretizar uma direção única com as demais e importantes federações independentes; c) a repressão generalizada que o governo realizou previamente; d) a alternativa de participação que a constituinte parcialmente canalizava; e) o amedrontamento da população pelo perigo externo, (guerra com o Equador); f) o sentimento popular de que as greves anteriores não conduziram a nada de concreto desgastando momentaneamente essa forma de luta; g) o temor das dispensas de trabalho na atual situação econômica; h) a forma «gradualista» de apresentação dos pacotes econômicos; i) a falta de compreensão do nível de consciência e organização do movimento sindical por parte das forças políticas e as direções sindicais que se comprometeram com a realização da greve.

Perspectivas para 1979

• Na base do movimento sindical e popular peruano permanece uma experiência «fracassada» quanto aos resultados e a efetividade das greves nacionais: avançou-se em consciência e organização mas isso não é suficiente; a despedida dos dirigentes sindicais durante a greve de 19 de julho de 1977 debilitou estruturalmente a capacidade de manejo das direções políticas. A ausência de uma só central sindical caminha também nesse sentido.

Por outro lado, a presença do Apra sob a sombra estatal no movimento sindical parece revitalizar-se diante dos fracassos recentes e o debilitamento da CGTP e de outras confederações.

O fracasso da greve abriu um novo momento no curso do movimento sindical. Não parece que uma mudança fundamental de tendência tenha se produzido na medida em que os problemas que geraram as mobilizações do período 76-78 subsistem. Além do mais, a deterioração das condições de vida e organização dificilmente serão revertidas pela nova política econômica que começa a ser aplicada. Assim as mobilizações serão novamente uma realidade cotidiana como está sucedendo com o SUTEP diante do não cumprimento dos acordos firmados com o governo em julho de 78 e como protestos pela morte de Abel Callirgos no dia 28 de fevereiro.

Os aumentos salariais de janeiro e março são um fator de diminuição parcial da revitalização do movimento sindical, pelos menos imediatamente.

Para as direções sindicais e os partidos de esquerda que impulsionaram a greve, o golpe foi maior. Não obstante, uma importante discussão sobre as limitações de suas propostas políticas e de sua articulação com as bases sindicais foi aberta. E é de se esperar que dela sejam retiradas conclusões importantes.

A partir daí, tem início a confluência dos dois movimentos populares: o que tem direções políticas marxistas (CGTP, FNMM, CCP, FGP) e o movimento sindical espontâneo. Esta unidade se concretizará e encontrará seu eleito na greve nacional de 19 de julho de 1977.

19 de Julho de 1977: a greve como forma de luta.

• A greve de 19 de Julho conta com a participação de quase todas as centrais sindicais e arrasta atrás de si a maioria dos setores; é uma resposta unitária e generalizada. No plano reivindicativo, das diversas categorias de trabalhadores à política estatal.

A reação governamental será imediata e violenta: um Decreto do Ministro do Trabalho autoriza a dispensa dos dirigentes sindicais que participaram e promoveram a greve. Mais de 3500 dirigentes são despedidos com a intenção de desmover o movimento.

As greves de fome e novas greves

• A dispensa de milhares de dirigentes sindicais levará o conflito trabalhista a um plano superior de luta. A importância das direções sindicais para a canalização do rechaço popular à política do governo, levará à gestação de novas greves e o surgimento de novas formas de luta tais como as greves de fome com um caráter mais claramente político. De outro lado, na preparação das forças políticas para a participação nas eleições para a Assembleia Constituinte, uma nova greve começa a gestar-se (a mesma que fora suspensa pela direção da CGTP sem consultar as bases, poucos dias antes do 23 de janeiro de 78, sob a argumentação de que um presumido conflito bélico com o Equador, requeria a paz interna.)

22 e 23 de maio: a greve da Unidade.

• A participação do campesinato no bloqueio dos caminhões e as mobilizações nas cidades; o desenvolvimento das lutas estudantis e a paralisação do conjunto do movimento operário, apresentou ao governo uma expressão unitária de grande alcance, que constituiu o mais importante esforço popular para conseguir conquistas concretas em relação a: readmissão dos despedidos, aumentos de salários, recuperação da estabilidade no emprego e liberdades políticas. Não obstante, o esforço unitário conseguido através da greve, começará a esgotar-se ganhando maior importância o processo eleitoral e as lutas setoriais de caráter massivo, porém isoladas.

Esse balanço é feito pela nova revista *Jornal*, lançada esses dias no Peru e se propõe a oferecer elementos de análise para um movimento sindical que apenas começa a se recompor do fracasso da experiência da greve geral de janeiro, mas cuja base de reivindicações continua presente.

Virada à esquerda: 1976.

Agosto de 1976 marca uma mudança fundamental na dinâmica do movimento sindical peruano. A grande greve da Federação dos Pescadores do Peru, como resposta à reprivatização da pesca de extração (Decreto Lei 22588) da início ao auge do movimento sindical e popular.

Em seis meses de greve o movimento dos pescadores irá corroer a permanência do Estado de Emergência e a suspensão das garantias individuais. E assim que a proposta da greve nacional, como caminho de luta, começa a ser gestada e a ganhar força. A grande greve dos pescadores, embora fracasse em relação a seus objetivos particulares, abre o auge do movimento que irá ultrapassar o controle estatal.

Em abril de 1977 a Federação dos Trabalhadores Açucareiros do Peru obterá resultados concretos em sua luta. Os trabalhadores municipais assumem o lugar dos pescadores e começam a criar as bases de um movimento generalizado.

Pacote Econômico de Maio: detonador.

• O novo Ministro da Economia - representante direto do setor privado - Walter Piazza, em maio de 1977 anuncia a aplicação de seu pacote econômico. A alta violenta dos preços da gasolina, dos transportes coletivos e alimentos, provocam um descontentamento generalizado em toda a população: Cusco, Arequipa, Puno e Huanuco, entre outras cidades, são o cenário de manifestações populares contra a nova política econômica.

A posição dos cubanos:

“Tirem as mãos do Vietnã!”

Enquanto Fidel Castro não vacilou em responsabilizar os Estados Unidos pela «aventura chinesa» no Vietnã, Breznev taticamente limitou-se a centrar fogo no governo chinês, para não expôr demasiadamente seus próprios compromissos com o imperialismo

Por Fred Murphy, da Intercontinental Press

Uma vigorosa campanha em defesa da revolução vietnamita foi desencadeada em Cuba no mês passado. De acordo com o despacho do correspondente do *Washington Post*, Karen DeYoung, em 23 de fevereiro, os posters de apoio dos cubanos à luta dos vietnamitas contra os EUA intitulados: até a última gota de sangue foram reimpressos e apareceram por toda a Cuba durante o tempo da invasão chinesa. Nesta semana, o acontecimento ocupou todas as primeiras páginas e várias páginas internas do *Granma*, o órgão oficial do Partido Comunista Cubano, relatando passo a passo o conflito.

Várias manifestações e atividades foram organizadas em todo o país pelo Comitê Cubano de Solidariedade ao Vietnã, que havia sido reativado desde agosto do ano passado.

Dezenas de milhares de Cubanos compareceram à uma concentração de solidariedade ocorrida em Havana no dia 21 de fevereiro. O presidente Fidel Castro fez um discurso de improviso no qual caracterizou a invasão chinesa como «a mais repugnante traição do movimento revolucionário em toda a história da humanidade». Além disso, esse discurso, transcrito no *Granma* do dia seguinte, acusava diretamente o imperialismo americano por sua cumplicidade no ataque chinês:

«... o governo dos EUA — que estava indubitavelmente estava a par de tudo, sem a menor sombra de dúvida associou-se à aventura de Pequim — está dizendo que para os chineses se retirarem do Vietnã, os vietnamitas devem se retirar do Kampu-

chea (Cambodja). Portanto, os imperialistas ianques e a direção chinesa têm uma causa comum nesta invasão. Fizemos uma causa comum com esta selvagem e louca aventura».

«Isto é um sinal de que ambos, os EUA e a China estão buscando o restabelecimento do sangüinário regime de Pol Pot e Ieng Sary no Kampuchea. Este é o seu objetivo político: atacar o Vietnã precisamente para impedir sua cooperação solidária com o governo revolucionário do Kampuchea; para restabelecer um regime sangüinário e cercar o Vietnã... pelo sul e pelo norte. Esta é a política dos EUA, enquanto ele aparece lavando as mãos do problema».

Castro condena a «hipocrisia» imperialista ao qualificar o governo de Pol Pot como «um dos mais brutais, mais criminosos e mais sangüinários regimes já conhecidos».

«O governo dos EUA falou sobre direitos humanos e uma proposta de intervenção internacional foi feita no Senado americano para por fim ao genocídio no Kampuchea...»

Não obstante, mal tinha sido derrubado esse regime sangüinário, uma violenta campanha internacional foi desencadeada contra o Vietnã por causa de sua solidariedade com o movimento revolucionário do Kampuchea, numa tentativa de pintar o Vietnã perante a opinião mundial como um país agressor, um país que viola a independência dos outros povos. Tudo para encobrir o fato óbvio de que o regime de Pol Pot era intolerável e não podia ser sustentado».

Fidel caracteriza a queda de Pol Pot como «uma tremenda tempestade para a direção chinesa».

«É nesse contexto que aconteceu a visita de Teng Hsiao Ping aos Estados Unidos, onde aquele supercínico declarou que era necessário punir o Vietnã e Cuba. Foi o que ele disse: punir o Vietnã e Cuba. Ele estava dizendo aos ianques: vocês punem Cuba...»

Os cubanos sempre enxergaram nos ataques imperialistas ao Vietnã como um perigo para a sua própria revolução. E não faz muito tempo que o governo cubano declarou que estava pronto para enviar tropas ao Vietnã, repetindo uma oferta feita em 1960.

Chamando a atenção para a gravidade da situação e pedindo a solidariedade internacional para o Vietnã, Fidel declarou: «... não é o momento de vacilações e ambigüidades, não é o momento de fraquezas, não é o momento de colocar o Vietnã e a China no mesmo nível. É o momento de definir quem é quem e o que é o que. Por-

que qualquer um que ame a paz qualquer progressista, qualquer revolucionário mais enérgico e categoricamente possível a aventura criminosa do governo chinês».

Buscando um paralelo histórico, Castro compara o ataque chinês à invasão da Polónia em setembro de 1939 por Hitler e caracteriza a presente direção chinesa como uma «clique de fascistas». A analogia é muito incorreta. Enquanto a política externa da burocracia chinesa é essencialmente contrarrevolucionária, a China permanece sendo um estado operário.

Mas numa questão — o sentimento em relação à guerra entre os trabalhadores e camponeses chineses — Castro foi inteiramente correto. O povo chinês, disse ele, «com suas qualidades e seu espírito revolucionário», não apoiará uma invasão do Vietnã. «Até esse momento esse povo não sabe que o Vietnã está sendo atacado, está sendo invadido. O povo chinês está sendo enganado

por todos os meios de comunicação de massa... sob o controle da clique. Mas não é possível enganar um povo por muito tempo».

«Na China, proseguiu Castro, as facções têm sido expurgadas umas pelas outras por muitos anos. Elas são expurgadas, reabilitadas, expurgadas de novo, outra vez reabilitadas, até o dia em que o povo chinês expurgará todas elas para sempre».

Comentando a solidariedade cubana, DeYoung disse no artigo do *Washington Post*: «O povo cubano se identifica há longo tempo com o vietnamita por causa de sua visão sobre a luta conjunta contra os Estados Unidos e suas importantes vitórias contra 'agressão'».

Como um exemplo disso, DeYoung cita o seguinte incidente: «Turistas americanos em visita a uma escola rural cubana para adolescentes foram saudados por estudantes que antes de tudo lhes disseram: 'Tirem as mãos do Vietnã'».

O silêncio de Breznev

É interessante comparar o discurso de Fidel Castro com o discurso de Leonid Breznev em relação à questão da invasão do Vietnã.

Breznev centra o seu fogo na China, caracterizada por ele como «o mais sério desafio à paz em todo o mundo». A invasão do Vietnã, diz ele «revela para todo o mundo a pífida e agressiva essência da política exterior chinesa».

Em relação ao papel do imperialismo no ataque ao Vietnã, Breznev diz apenas que «o completo perigo que representa qualquer forma de convivência» com a política chinesa «é mais evidente agora do que antes».

O *New York Times*, no dia seguinte ao discurso observava a esse propósito: «Breznev não mencionou os Estados Unidos uma única vez». E o *Times* concluiu: «Breznev assumiu uma postura conciliadora em relação aos Estados Unidos, evitando a dura linguagem anti-americana que tem aparecido na imprensa oficial da URSS».

Isto seria um claro indicador de que Moscou quer dar a entender aos EUA que a defesa da revolução vietnamita não irá comprometer a política de distensão e seus próprios acordos contra revolucionários com o imperialismo (F.M.)

31 de março:

campanha internacional.

Mulher

“Pelo direito ao aborto”

Grupos de mulheres de muitos países e oposições de esquerda de diversos partidos comunistas e socialistas estão promovendo a campanha. Na Europa, o eixo principal é o da solidariedade com as mulheres espanholas, que nem sequer conquistaram em qualquer nível, o direito ao aborto Na América Latina, a situação é semelhante à da Espanha.

No dia 31 de março realizar-se-á jornada de Ação Internacional pelo direito ao aborto, à contracepção e contra toda esterilização forçada.

No quadro europeu, a campanha internacional terá como eixo a solidariedade com as mulheres espanholas que ainda não conquistaram nem sequer minimamente o direito ao aborto. A rádio e a televisão espanholas estão proibidas de noticiar o tema e a campanha, bem como em relatar os atos que deverão marcar esse dia.

Em países com Espanha e Portugal, bem como os da América Latina, milhares de mulheres morrem ou sofrem mutilações por que o direito ao aborto legal e em condições decentes lhes é negado pelo Estado ou pela Igreja: além das consequências físicas dos abortos clandestinos, as mulheres podem ser encarceradas. Em países como a Suíça, Holanda, Alemanha Federal ou Bélgica, onde o aborto é ilegal mas tolerado na prática, as leis que interditam o aborto contribuem para o custo altíssimo da operação, além de acentuar a culpabilidade, a ponto de torná-la em muitos casos, uma experiência traumatizante. Nos países onde o aborto está legalizado como França, Inglaterra, Itália, EUA e outros há inúmeras ressalvas, tais como tempo-limite, negação deste direito a menores e imigrantes, assim como as «cláusulas de consciência» que legitimam a recusa de médicos a praticar o aborto. Neste caso, as mulheres são obrigadas a apresentar provas de instabilidade emocional ou de que sua vida corre grave risco para obtê-lo. Estas leis deixam, portanto, os serviços públicos no poder da hierarquia médica que normalmente se opõe ao serviço médico gratuito para estes casos, fazendo aumentar, mais uma vez, o preço do aborto, com o que as mulheres pobres têm que recorrer ao aborto clandestino. Esta é a situação dos Estados Unidos e da Inglaterra particularmente.

O outro lado desta situação é o controle da natalidade imposto a mulheres em algumas regiões da América La-



PARAGUAI

O País de Stroessner

José del Carmen Gonzalez, paraguaio, exilado há três anos na Europa faz aqui um histórico da luta contra a ditadura em seu país, à luz das relações entre o imperialismo (inclusive o do Brasil) e esse regime. Dá também um quadro das condições atuais de vida da população paraguaia.

O Imperialismo e a Ditadura

Em consequência da guerra da Triplíce Aliança, que culminou com a morte do marechal Francisco Solano Lopez, iniciou-se no Paraguai o processo de desenvolvimento do capitalismo dependente hegemônico pelo imperialismo.

A destruição do país, por causa da guerra, estimulando pela imperialismo inglês, submeteu o Paraguai ao mais profundo atraso, terminando com o processo de desenvolvimento que o colocava então, como a nação mais desenvolvida nesta parte do continente.

Daí em diante, a formação social paraguaia se caracteriza pelo lento desenvolvimento de suas forças produtivas, o desenvolvimento desigual e combinado de sua economia, onde as formas de produção capitalista abriram passo lentamente, articulando-se com outras formas de produção pré-capitalistas ainda importantes: a pequena produção mercantil, a economia natural de autoconsumo e a sobrevivência da economia semi-feudal, dando lugar à formação de uma complexa estrutura de classes.

Nos últimos 25 anos, a dominação imperialista é garantida pela ditadura stonista, que expressa os interesses de classe da burguesia monopolista imperialista — principalmente de origem norte-americana e brasileira — e seu principal aliado, a burguesia latifundiária (agrária-pecuarista) e seus aliados secundários, a burguesia comercial e industrial nativas, esta última praticamente incapacitada para canalizar e implantar seus interesses específicos através do aparelho do Estado.

No interior da ditadura está inserida a «camarilha» stonista, que é o grupo social dirigido pelo ditador e que detém o controle do aparelho do Estado.

No interior das forças imperialistas a tomada do poder pela ditadura significou a hegemonia do imperialismo norte-americano, que deslocou o imperialismo inglês dominante em todo o período histórico anterior.

Nos últimos anos outros países imperialistas ganharam mais espaço, como as potências capitalistas da Europa Ocidental e Japão, e, principalmente o Brasil. O grau de penetração do imperialismo brasileiro reflete-se nas condições de planejamento e de construção da usina hidrelétrica de Itaipu, que lembra os piores tempos de pilhagem colonial. Além disso, a política de «fronteiras vivas e móveis» do Itamarati conduziu a ocupação de uma faixa de território de 100km de extensão em direção a Assunção, nos departamentos de Concepción, Alto Paraná,

Amambay, Canendiyú e Alto Paraguai, onde estão radicados mais de 200.000 brasileiros, cerca de 80% da população da região, constituindo-se do ponto de vista sócio-econômico e cultural num virtual território brasileiro, chegando-se inclusive, ao ponto de que jovens paraguaios passam a alistar-se no Exército Brasileiro.

Em 4 de maio de 1954, um golpe militar colocou no poder um dos mais violentos ditadores da América Latina, Alfredo Stroessner.

Uma perseguição implacável se desata contra as forças democráticas e revolucionárias e até mesmo contra outras forças de direita que também aspiravam o controle do aparelho de Estado.

O Partido Liberal, expressão de certos setores — na época em decadência — do imperialismo (inglês-argentino) e da burguesia latifundiária, é proscrito em 1956, juntamente com o Partido Revolucionário Febrerista, corrente populista. De caráter nacional-democrático, que assumira o governo em 1936, por um curto período. Sucedem-se purgas no Exército, eliminando-se os setores de oposição ainda com influência.

O terror alcança o próprio Partido Colorado. Dias depois do golpe é assassinado Roberto L. Petit, uma das figuras mais importantes da ala progressista do Partido Colorado e numerosos dirigentes são encarcerados e deportados. Dirigentes sindicais são sistematicamente perseguidos, presos e torturados. Criam-se «listas negras» e se montam sindicatos com dirigentes nomeados pelo governo.

Primeira ofensiva contra a Ditadura

Em agosto de 1958 estoura uma greve geral de operários em todo o País, arrastando a pequena burguesia urbana. As forças de oposição se unificam. Forma-se a Frente Unida de Libertação Nacional (FULNA) dirigida pelo Partido Comunista Paraguai e o Movimento 14 de Maio, dirigido pelos febreristas e liberais, que desenvolvem a luta armada em várias regiões do País. Em março de 1959 estouram manifestações estudantis que são violentamente reprimidas. O Congresso, dominado pelo setor dissidente do Partido Colorado, se manifesta contra a ditadura e exige o fim do estado de sítio e o restabelecimento das liberdades democráticas.

O regime responde decretando o fechamento do Congresso. O setor dissidente do Partido Colorado, que então tinha a maioria na Junta do Governo, é objeto de uma forte repressão. Seus membros, na clandestinidade e no exílio, formam o Movimento Popular Colorado (MOPOCO).

A repressão sistematicamente aplicada finalmente consegue sufocar o ascenso das lutas, in-

lingindo serios golpes nas forças de oposição, principalmente no movimento operário, que daí em diante sofreria um prolongado refluxo em suas lutas, do qual não conseguiu se recuperar plenamente até hoje.

No marco da política imperialista inaugurada por Kennedy e no período de descenso da luta popular, o regime começou a ensaiar uma pseudo abertura democrática, tratando de atrair os partidos de oposição à legalidade com promessas de democracia.

Conseguiu assim a integração dos partidos de oposição — com exceção do Partido Comunista — a partir de 1963, culminando com a instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte em 1967, para elaborar uma nova Constituição. Nesta convenção estiveram representados todos os partidos de oposição burguesa.

Mas a «abertura» não foi longe.

Nos primeiros anos da década de 60 se inicia o processo de radicalização do campesinato pobre, dos estudantes e de um setor do clero, processo que adquire grande envergadura a partir de 1967/68. As forças que nessa ocasião ascende à vida política se constituíram na principal frente de luta contra o regime, em todo o período posterior.

Em 1969, as mobilizações das massas camponesas e estudantis sacudiram todo o País. O governo, deixando de lado toda dissimulação, mandou suas hostes às ruas reprimindo violentamente as manifestações, prendendo e torturando centenas de militantes da oposição.

Posteriormente é promulgada a famigerada Lei 209 de «Defesa da Paz Pública e Liberdade das Pessoas», que legaliza a repressão.

Apesar dela, as organizações de massa se recuperaram e se fortalecem, principalmente o Movimento Estudantil Independente e as Ligas Agrárias Camponesas.

Para fazer frente ao crescimento das forças de oposição, o regime mais uma vez desencadeia repressões massivas nos anos de 74, 75 e 76.

As novas concepções do imperialismo gestadas na Trilateral e a ascensão da administração Carter, geraram um inédito processo de contradições, entre o imperialismo e a ditadura paraguaia que fora apoiada incondicionalmente por ele durante 23 anos.

No plano internacional, o imperialismo lança a bandeira dos direitos humanos como arma de luta na confrontação ideológica com o campo socialista. Isto o conduzirá a implementar políticas de democratização gradual, restrita e de «risco calculado» em seu próprio campo, pra conseguir maior credibilidade e força moral, na luta contra o seu inimigo principal.

No plano interno, o imperialismo constata o progressivo processo de decadência e deterio-

ração dos partidos burgueses de oposição, que se converteram em estruturas burocráticas sem nenhuma base social, processo para o qual contribuiu a política repressiva da ditadura.

A luta contra o regime era assumida pelas organizações independentes das massas e pelas organizações revolucionárias, enquanto os partidos burgueses sofriam um contínuo processo de isolamento das camadas populares. Frente a essa situação, a política do imperialismo a partir da administração Carter, se orienta em promover uma política de democratização gradual, restrita e «risco calculado», tendendo a lavar as mãos a respeito dos crimes da ditadura e tendendo a criar uma força política com influências nas massas, hegemônica pela burguesia, capaz de constituir-se a longo prazo em alternativa para a ditadura e garantia de continuidade para a dominação imperialista, o que viria ser «o stonismo sem Stroessner».

Em um artigo do diário «Hoy», de 21 de novembro de 1978, o embaixador norte-americano no Paraguai, se apresenta como grande defensor da democracia e afirma: «devemos prever que não suceda o que aconteceu na Nicarágua, onde hoje, a única alternativa é o comunismo». No entanto, a camarilha stonista que foi educada pelo próprio imperialismo para o fascismo e não para a democracia de qualquer tipo, resiste em aceitar sua nova política.

Daí que as relações entre ambos atravessem momentos de tensão, como aconteceu recentemente nos protestos frente a embaixada norte-americana, com a prisão do líder da oposição legal, Domingo Laino. Segundo palavras do próprio embaixador Robert Whitte em uma conferência de imprensa convocada para denunciar os fatos, «manifestantes renovaram seus insultos contra minha pessoa e meu país e me jogaram diversos objetos».

O desenvolvimento das contradições entre o imperialismo e a camarilha stonista, colocou esta em uma posição de debilidade, criando uma conjuntura favorável para as lutas das forças de oposição, que permitiu a anti-ditador, algumas com particular significado.

Primeiro, a libertação de mais de 600 presos políticos nos últimos dois anos, depois do desenvolvimento de importantes lutas nos mais diversos setores e greve de fome dos presos e seus familiares, uma delas com 57 dias de duração, a mais longa da história.

Segundo, a unificação da oposição democrática mais consequente no «Acordo Nacional», integrado pelo Partido Democrata Cristão, o Partido Liberal Radical Autêntico, Partido Revolucionário Febrerista e o Movimento Popular Colorado, e a conquista de um espaço legal para desenvolver a luta contra a ditadura.

A Condição de vida das massas

A política da ditadura stonista enquanto beneficia às classes dominantes, lança as massas populares em um contínuo processo de pauperização. A classe operária, o campesinato pobre, a pequena burguesia urbana, o semi-proletariado urbano e rural e a burguesia média sofrem uma contínua deterioração de suas condições de vida.

Em 1977, o Banco Central do Paraguai, um organismo especializado na manipulação de cifras, calculava as necessidades básicas em 25.927 guaranis, enquanto que um trabalhador com salário mínimo ganhava com os descontos 10.944 guaranis. Essa situação se agrava levando-se em conta que a maioria da população ganha menos de um salário mínimo e a economia se encontra submetida a uma forte pressão inflacionária, sem que os salários aumentem proporcionalmente.

O desemprego alcança 80.000 trabalhadores e mais de 100.000 trabalhadores se dedicam à venda ambulante ou trabalhos temporários de baixa remuneração, constituindo um desemprego disfarçado. No campo, somente 50% da força de trabalho tem emprego o ano todo. Calcula-se que a desocupação total é equivalente a 300.000 trabalhadores, mais de 35% da força de trabalho total de 850.000 trabalhadores.

Existe um déficit habitacional de 270.000 moradias. Cerca de 65% das moradias são constituídas de uma só peça. O grau de aglomeração é tal, que segundo o último «Censo de Población e Vivienda», existem em 500.000 paraguaios integrados em grupos de não menos 8 pessoas que vivem em casa com uma só peça. A mortalidade infantil é de 11,2 por cada 100 crianças nascidas. Cerca de 26% da população é analfabeta e 50% é analfabeta na prática, ainda que tenha cursado alguns anos de escola.

Essa situação gerou um espetacular processo migratório. Desde inícios da década de 60, mais de 1 milhão de paraguaios emigraram, principalmente para a Argentina, em busca de melhores condições de vida.

Entidades democráticas denunciam:

Saldo da repressão política

14 mortos; 26 desaparecidos (entre eles 7 estrangeiros) e a manutenção de 8 presos políticos no Paraguai. 7 paraguaios desaparecidos na Argentina. É o que denunciam as seguintes entidades: Comisión Paraguaya por los Derechos Humanos, Juventud Paraguaya por los Derechos Humanos; Comité de Iglesias para ayudas de Emergencia; Comité de Defensa de los Derechos Humanos en el Cono Sur

MORTOS

- 1- Juan Carlos Da Costa. Morto em virtude de inúmeras feridas por ocasião de um enfrentamento, em 5 de abril de 1976.
- 2- Mario Raúl Schaefer Prono. Detido a 5 de abril de 1976, em Assunção; morto no Departamento de Investigações da polícia, em virtude de torturas.
- 3- Doroteo Silvano Flores. Camponês dirigente da Liga Agrária Cristá de Santa Rosa (Missões). Sua casa foi invadida pela polícia em 14 de abril de 1976. Foi decapado.
- 4- Mario Arzamendia Flores. 61 ano de idade. Foi combatente da Guerra do Chaco. Detido e enviado ao Departamento de Investigações. Em 11 de abril de 1976, seu cadáver foi retirado por sua esposa.
- 5- Juan de Dios Salinas. Camponês. Sua casa foi invadida em 30 de abril de 1976. Conseguiu escapar nessa vez, porém, poucos dias depois foi detido e assassinado por policiais.
- 6- Arturo Bernal. Camponês, casado, 50 anos, 7 filhos menores. Detido no dia 1º de maio de 1976, em sua casa, em Piribebuy. Transferido ao Departamento de Investigações de Assunção. Seu cadáver foi entregue a sua esposa no dia 7 de julho.
- 7- Alejandro Falón. Camponês, 27 anos, da Companhia de Nacuti de Santa Casa (Missões). Morto em 17 de maio de 1976.
- 8- Dionísio Rodas.

- 9- Sixto Melgarejo. Camponês da Companhia Posta Gaona (Quindiyú). Detido em 11 de junho de 1976. Permaneceu preso na Delegação de Governo do Paraguai, durante 14 dias. Posteriormente foi transferido ao Departamento de Investigações de Assunção, onde morreu sob torturas.
- 10- Ignacio Martinez. Camponês detido na Companhia Sangre del Draga (Missões). Torturado na Delegação de Governo de S. Juan Bautista, no Departamento de Investigações. Com pneumonia e tuberculose não recebeu tratamento médico. Libertado em estado grave, morreu alguns dias depois em sua casa.
- 11- Juan Manuel Cabral. Detido e torturado. Não se recuperou das torturas e em estado grave foi posto em liberdade, morrendo dias depois em sua casa.
- 12- Victor Leguizamón. 16 anos. Detido em 10 de abril de 1976, no Departamento de Investigações, com pneumonia e tuberculose foi colocado em liberdade em julho em estado grave, morrendo em sua casa dias depois.
- 13- J. Zavalla Esquivel. 26 anos, casado, um filho. Morto a tiros em plena rua em 11 de janeiro de 1978, pela polícia política quando procurava resistir a um sequestro ilegal.

14 — O caso de Doroteo Grandel

Camponês, 39 anos, casado, dois filhos. Seu «delito» foi o de ter denunciado a invasão de propriedades e incêndios de chácaras de camponeses por efetivos militares da II Divisão de Infantaria, com sede em Villarrica. Mais tarde apareceu como testemunha de defesa no julgamento do Dr. Miguel Martínez Yaryes. Por haver denunciado publicamente estes abusos, por ser diretor do semanário «El Radical», o julgamento foi encaminhado pelo comandante da II Divisão, General Carpinell Yegros. Doroteo Grandel foi detido em 21 de maio de 1976, na

Companhia Tabatú de Kaagazu, por efetivos da II Divisão e permaneceu preso nessa instituição militar em condições infra-humanas, até 13 de julho de 1978, dia em que foi liberado. Durante todo este tempo, as autoridades militares negaram possuir notícias de Grandel. Já em liberdade, voltou para seu lugarejo para recuperar sua terra e trabalhar novamente. Denunciou publicamente sua detenção e sequestro. Em 28 de agosto de 1978 foi assassinado a machadadas e tiros em uma «bosca» da estrada. Não houve investigação oficial do ocorrido, nem se esclareceu quem foi o responsável.

DESAPARECIDOS

- 1- Diego Rodas. Camponês de Santa Rosa (Missões), casado 4 filhos, irmão de Dionísio (morto sob tortura). Detido em 11 de maio de 1976 na «Companhia de Abraham Que» e recolhido à delegacia de governo de San Juan Bautista. Dias depois foi transportado por uma camioneta policial e depois disso não se sabe mais nada sobre ele. Segundo um informe policial de 18 de outubro de 1976, os irmãos Rodas morreram em um tiroteio com a polícia. Porém, um parente deles esteve preso com Diego, na delegacia de San Juan Bautista (Missões).
- 2- Octavio Italeri Gonzalez Acosta. 30 anos, casado, 3 filhos, construtor. Detido em 3 de dezembro de 1975, em Acaray, onde trabalhava na represa, junto com sua mãe, Petrona Acosta, viúva de Gonzalez, 58 anos, que foi posta em liberdade em agosto de 1978. O ins-

- petor Ruiz Paredes, do Departamento de Investigações esteve encarregado da prisão de Octavio. Nada mais se sabe dele desde então.
- 3- Lorenzo Lopez. Camponês de Piribebuy. Detido em 9 de abril de 1970 Pertencia às Ligas Agrárias Cristãs. Visto pela última vez neste ano no batalhão de escola presidencial.
- 4- Bienvenido Arguello. Carpinteiro de Pirayú (Paraguai), 33 anos, radicado em Buenos Aires, Argentina. Detido em Clorinda (Argentina) em 13 de maio de 1975 e transportado a Assunção onde permaneceu preso até outubro desse ano. Segundo testemunhas, teria morrido sob tortura, no departamento de Investigações; porém, o governo se nega a dar informações.

- 5- Capitão de Exército Americo Villagra. 61 anos, casado, 3 filhos. Herói da guerra do Chaco, onde recebeu as mais altas condecorações por seus serviços à pátria. Detido em dezembro de 1975, em Clorinda (Argentina), onde foi visto pela última vez no mês de sua detenção.
- 6- Miguel Angel Soler. 56 anos, casado, 3 filhos. Detido em novembro de 1975, em Assunção, por ser secretário do Partido Comunista. Foi visto no departamento de Investigações em péssimo estado de saúde pelas torturas recebidas. O governo se nega a fornecer informações sobre seu paradeiro.
- 7- Deris Villagra. 39 anos, casado, um filho. Detido a 30 de novembro de 1975, com sua esposa Celsa Ramirez, sendo ambos brutalmente torturados no departamento de Investigações. Ela estava grávida. Em 21 de abril de 1976 nasceu um menino na prisão. Em agosto de 1978, Celsa e o menino são liberados. Sobre Deris Villagra não há notícia oficial desde dezembro de 1975.
- 8- Ramon Pintres. 21 anos, camponês de Santa Rosa (Missões). Detido a 6 de maio de 1976, desde quando está desaparecido.
- 9- Castulo Vera Baez. 30 anos, dois filhos. Detido em Puerto Iguazu (Argentina) e, janeiro de 1977, por efetivos da polícia e entregue à repressão paraguaia em fevereiro, junto com Juan José Penayo. Foi torturado e seu estado de saúde era grave em dezembro de 1977. Teria falecido por falta de cuidados médicos; não há, porém, nenhuma confirmação disso nem desmentidos.
- 10- Juan José Penayo. 53 anos, casado, 3 filhos. Detido em Puerto Iguazu (Argentina) e entregue à polícia paraguaia. De 1965 a 1970, já estivera preso por razões políticas em Assunção. Em virtude das torturas recebidas nessa ocasião, tinha a perna esquerda paralisada. Voltou a ser torturado e teme-se por sua vida. É dado como desaparecido.
- 11- Faustina Torres de Quintana. Sequestrada a 10 de março de 1970 pela polícia. Seu paradeiro é desconhecido.
- 12- Amílcar Oviedo. 21 anos, estudante, detido em 25 de novembro de 1974. Desde 22 de setembro de 1976 as autoridades se negam a informar sobre seu paradeiro. Até esse dia encontrava-se em um calabouço especial do departamento de Investigações, incomunicável e em estado de saúde

19 — O caso dos Irmãos Lopez

Adolfo, Elixto, Francisco e Policarpo, todos irmos camponeses de Santa Rosa (Missões). Detidos em 14 de maio de 1976, pela delegacia de governo de San Juan Bautista de Missões. Também foram detidos com eles: Madrona Lopez, esposa de Elixto. Seus oito filhos foram entregues aos vizinhos, sendo que o menor de 3 anos, desapareceu. Ignacia Almada (esposa de Francisco) e seus filhos, Juan e Marcos, de 14 e 12 anos; Antonina Acosta (esposa de Adolfo) e dois filhos de 12 e 13 anos; os filhos de Policarpo, Antonio e Cirila; também Dona Ascension Maidana Lopez, 73 anos, mãe dos rapazes, foi presa nessa vez. Todos foram torturados na Delegacia de Abraham Que (San Juan Bautista), onde estavam outros presos políticos da região. As terras da família foram ocupadas por estrangeiros. Os filhos e esposas dos detidos foram recuperando a liberdade entre 1976 e 1978, bem como a mãe; porém o paradeiro dos irmãos ainda permanece desconhecido. Um informe policial de 18 de outubro de 1976 diz que foram mortos em um tiroteio em Arroyo Frazada, Itapúa. Porém, muitas testemunhas, dizem que eles estavam vivos na delegacia de San Juan Bautista (Missões). Além disso, se há cadáveres, nunca foram entregues à família. Extra-oficialmente se afirma a morte de Elixto e outro irmão, que foi obrigado a cavar sua própria cova, para em seguida ser assassinado a tiros.

- 13 e 14 - Carlos Rodolfo e Benjamin Ramirez. Irmão de 32 e 25 anos. Detidos em 25 e 26 de novembro de 1974, por elementos da polícia política. Brutalmente torturados no departamento de Investigações. Desde 22 de setembro as autoridades se negam a dar notícias de seu paradeiro. Até então, estavam nas mesmas condições de Amílcar Oviedo, também encarcerado.
- 15- Carlos José Manuello. 28 anos, casado, 2 filhos, estudante de engenharia eletrônica. Detido a 25 de novembro de 1974, com sua esposa Gladys Esther Ríos, argentina. Ambos foram torturados no departamento de Investigações, sendo que a esposa estava grávida. No dia 10 de agosto de 1975, nasceu Carlos Marcelo na prisão. Em 25 de outubro de 1977 Gladys começou uma greve de fome, protestando por seu marido desaparecido desde o dia 22 de setembro de 1976. Em 12 de novembro Gladys foi deportada para a Argentina com seu filho, onde se encontra Carlos Manuello. Ele também se encontrava em uma célula especial.
- 16- Luis Pereira. Sequestrado pela polícia política em abril de 1976; desde então se encontra desaparecido.
- 17- Albino Vera. Detido em maio de 1976, em Toboatinga (Quindiyú), por efetivos da delegacia do governo de Paraguai. Segundo algumas versões, teria morrido sob tortura. Não há nenhuma confirmação nem desmentido oficial.
- 18- O Caso de Martino Rolón Centurión. Camponês, casado, 3 filhos. Líder muito popular das Ligas Camponesas Cristãs. Foi sequestrado de sua casa em Valle Agua, Assunção, em 4 de abril de 1976 pela polícia política. Entre seus sequestradores se encontravam os comissários Ruiz Paredes, Santacruz, Sapriña, todos a paisana e o presidente da seccional n.º 13 de Lambari, de nome Gabazza. Um informe policial de 6 de abril de 1976 diz que ele teria morrido em um tiroteio com a polícia. Mas existem muitas evidências de que continuava vivo: 1) em 9 de abril de 1976 foi visto no departamento de Investigações, por pessoas que o conheciam muito bem; 2) o canteiro da Armada, padre Ramón Mayans informou a seus familiares em dezembro de 1976, que Martino estava vivo e se recuperando das torturas; 3) em setembro de 1978, o inspetor Esteche, conhecido torturador da Investigações, em uma intervenção policial ao local onde se reuniam familiares de presos políticos - durante uma greve de fome - disse saber onde estava Martino.

ESTRANGEIROS DESAPARECIDOS

- 1 e 2 — Dário Gilberto Goni Martínez Uruguai, 31 anos, casado, dois filhos: detido no porto de Assunção, procedente de Buenos Aires. Em 14 de agosto de 1970. Seus familiares denunciaram o fato pela imprensa, mas não obtiveram nenhuma resposta oficial.
- 3 — Dora Marta Landi. Argentina, 23 anos. Chegou ao Paraguai no final de janeiro de 1977. Esteve presa no departamento de Investigações até maio deste ano. Desde então não se conhece seu paradeiro.
- 4 — Alejandro Logotubo

PRESOS

- 1 — Virgilio Bareiro. 50 anos, casado, cinco filhos. Engenheiro em Telecomunicações. Foi preso em agosto de 1964, mais de 14 anos de prisão sem nenhum processo judicial. Em setembro de 1978 foi conduzido a Policlínica policial para tratamento psiquiátrico, onde voltou para a prisão sem nenhuma melhora.
- 2 — Severo Acosta Aranda. 48 anos, operário da construção. Foi preso em 4 de julho de 1964. Mais de 14 anos sem nenhum processo judicial.
- 3 — Amílcar Santucho. 56 anos, casado, argentino, irmão do dirigente revolucionário argentino assassinado na Argentina, Mario Roberto Santucho. Preso em 12 de maio de 1975, sem nenhum processo judicial.

- 4 — Napoleón Ortigoza. Preso em 1962, capitão do exército. Há muitos anos vive numa cela de 2m x 1m totalmente isolado. Sofre de graves problemas psíquicos por causa do prolongado período de isolamento. Guillermo Howand. Membro do exército. Preso em 1962 cumpriu uma condenação da justiça militar de 15 anos e foi transferido para outra prisão.
- 5 — José Gil Ojeda. 6 — Camponês, pai de 9 filhos. Foi preso em abril de 1976. Em outubro de 1976 foi posto em liberdade e voltou a ser preso um mês depois. Realizou três greves de fome de 17, 12 e 45 dias, respectivamente, em favor da liberdade dos presos políticos.
- 7 — Carlos Guillermo Branas. Preso em abril de 1976. Realizou uma greve de fome de 40 dias pela libertação dos presos políticos.

8- O caso de Constantino Coronel

No mes seguinte sofreu o primeiro atentado, quando um carro se lançou contra ele tentando atropelá-lo à porta de sua casa. Em 2 de janeiro de 79 indivíduos à paisana investiram contra ele em sua casa e dispararam 8 tiros. Coronel conseguiu salvar-se novamente.

Paraguaios desaparecidos na Argentina

- 1- Agustín Góiburú. Médico, sequestrado em 1978, no Paraná, Entre Ríos (Argentina) por membros da força de segurança, à paisana, que invadiram seu consultório e o prenderam diante de vários pacientes. Nessa ocasião, teriam atado forças combinadas da polícia paraguaia e argentina. Atualmente estaria no Paraguai, no batalhão da escola presidencial.
- 2- Ignacio Santaniegó Villamayor (Samandú). Conhecido dirigente do Clube Liberal Aon, exilado por sua oposição à ditadura. Foi sequestrado em 18 de setembro de 1978, às 20,30h horas, em San Juan e Colombres, Buenos Aires, por elementos para-policiais. Encontrava-se refugiado no Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (ACNUR), com visto para viajar à Suécia dentro de 15 dias. Até hoje está desaparecido. Em 22 de setembro foi visto em um centro de detenção em Buenos Aires.
- 3- Esther Ballestrino de Careaga. Notável ativista paraguaia no campo dos direitos humanos. Sequestrada em 18 de setembro de 1977, com outras 13 pessoas, à saída da Igreja de Santa Cruz, onde se reuniram para discutir o problema dos desaparecidos na Argentina. Este é o conhecido caso das Freiras Franciscas. Esther Ballestrino está a sob a proteção das Nações Unidas. Ela sofre do coração e

- necessita de tratamento adequado. Segundo seus familiares, ela estaria viva, em fevereiro de 1978.
- 4- Anuncio Jara Torres. Operário da construção, casado, 4 filhos, morando na Argentina desde 1975. Foi sequestrado em 20 de setembro de 1978, junto com Marco Farina, entre as ruas Gavilán e Turin, no bairro de San Alberto, San Justo, província de Buenos Aires. Foram sequestrados às 21.30 h. diante das esposas e filhos. Participaram forças combinadas de repressão da Argentina e Paraguai.
- 5- Marco Farina. Casado, uma filha de meses. Sequestrado junto com Jara Torres em 20 de setembro de 1978. Não tinha militância política. Acredita-se que tenha sido levado para o Paraguai.
- 6- Jorge Frederico Tatter. Casado, duas filhas. Sequestrado em sua casa em Buenos Aires, Argentina, por forças da segurança daquele país. Até hoje se desconhece seu paradeiro.
- 7- Iramain. Detido na Argentina em princípios de 1977 ou final de 1976. Provavelmente foi levado para o Paraguai. Seu irmão escreveu uma carta aberta a Jimmy Carter. Sua esposa esteve presa alguns meses em Assunção, na época em que ele desapareceu na Argentina.

Professores: nota 10.

Os professores do Rio obtiveram suas principais reivindicações na última sexta-feira, dia 23. Depois de semanas de negociações e ameaças por parte do Governo, a greve chegou ao seu desfecho com a vitória dos mestres.

Da sucursal

Surpreendentemente, para quem vinha acompanhando as negociações do professorado da rede estadual e municipal do Rio de Janeiro, na sexta-feira a tarde o governo Chagas Freitas cedeu e atendeu as principais exigências dos grevistas, como a questão do piso salarial (Cr\$ 8.996,00 para os professores com o antigo curso normal; Cr\$ 9.360,00 para quem tiver estudos adicionais; Cr\$ 11.232,00 para professores com licenciatura curta e Cr\$ 13.480,00 para licenciatura plena), gratificação por regência de turma (10%) adicional por difícil acesso e por encargos de coordenação de turno; efetivação dos contratados e equiparação dos inativos.

greve, como lançar nota afirmando que os professores do interior tinham voltado às aulas: pressionar as diretoras para que não permitissem a assinatura do ponto, além de chantagens emocionais com a questão da merenda escolar.

Todos estes expedientes não deram resultado, pois a organização da greve e o trabalho desenvolvido entre pais e alunos, bem como entre os diretores, levou o professorado do Estado do Rio a manter-se firme em suas reivindicações, até sexta-feira, quando o governo depois de uma semana de áspersos contatos e de negociações secas com os professores, resolveu atender a suas reivindicações.

Jogada política de Chagas Freitas, influência da intervenção no ABC, ou simplesmente o reconhecimento de que os professores não cederiam em seus propósitos? Qualquer que seja a respos-

ta, dois fatos saltam aos olhos. O primeiro, a vitória completa dos professores que conseguiram muito mais até do que esperavam e o segundo, a perda do prestígio de Chagas Freitas e seu secretário de Educação, que saíram bastante «queimados» do episódio.

Outra grande vitória nesta greve foi a Sociedade Estadual de professores, que foi reconhecida pelo professorado de todo o Estado do Rio e foi inclusive reconhecida como interlocutora pelo governo nas negociações. A SEP é uma entidade que aglutina o professorado do Estado tanto da rede pública como particular para a luta em defesa de seus interesses. Criada há um ano e meio e tendo, até o início da greve, núcleos apenas em Niterói, Campos e Rio de Janeiro, ela se expandiu enormemente durante o movimento, a ponto de consolidar núcleos em outras regiões e iniciar outros, em locais onde até então não havia nenhum trabalho.

As mulheres em ação

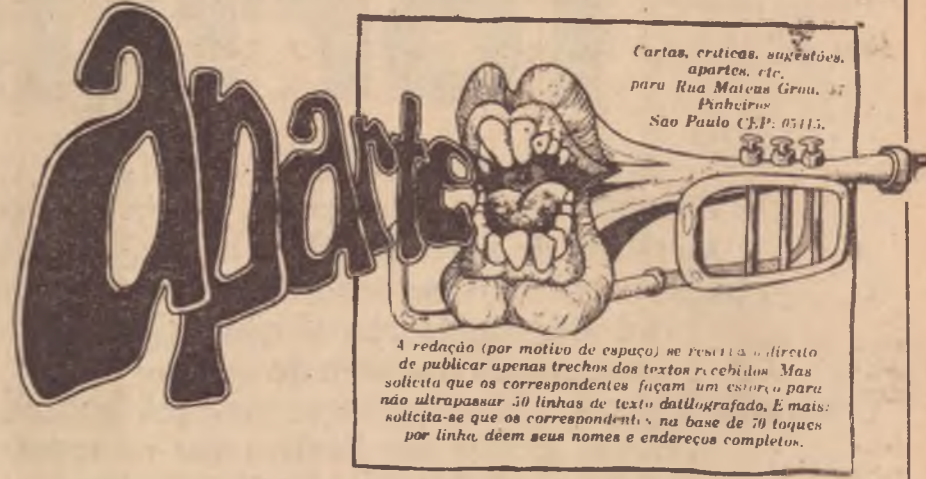
A sustentação da greve esteve, sem dúvida a cargo dos próprios professores, que reunidos por escolas e por núcleos zonais, levaram a cabo toda uma tarefa de esclarecimentos dos demais professores, da direção da esco-

la e dos pais e alunos. Este trabalho foi tão bem feito que, por exemplo, quando o secretário Niskier, da Educação, divulgou uma nota afirmando que os professores haviam voltado às aulas, a maioria dos pais não acreditou e não levou seus filhos à escola, pois todos sabiam que só uma nova assembléia poderia decidir a suspensão da greve e que só as notas da SEP eram representativas do que ocorria com os professores.

Não foi só a questão salarial que motivou os professores, muitos dos quais mulheres (para algumas delas não é o dinheiro o motivo principal de seu trabalho). A razão apontada por estas como decisiva para seu apoio ao movimento também tinha muito a ver com a questão da recuperação de uma certa dignidade profissional.

Segundo um membro da SEP foram as mulheres que aguentaram a maior barra, pois muitas delas tinham contra si toda a pressão familiar, especialmente dos maridos, que ou eram contra a greve, ou queriam a mulher em casa e não admitiam que seu trabalho na sustentação da greve a levasse a voltar para casa de madrugada.

Os problemas nesta área foram tantos, que, em tom de brincadeira, já se cogitava de criar na SEP um departamento jurídico para atendimento e orientação aos casais.



Há cariocas e cariocas...

Em resposta à carta enviada por alguns companheiros do coletivo carioca, desligando-se da Sucursal, e publicada na nossa edição anterior sob o título «Cariocas deixam o EM TEMPO», outros companheiros do mesmo coletivo, discordando, e decidindo que a Sucursal continua, colocam sua posição.

Antes de mais nada precisamos dizer aos acionistas, colaboradores e leitores do EM TEMPO, principalmente para esta gente toda do Rio, que a Sucursal do nosso semanário não fechou. EM TEMPO continua, e no Rio também. Para ficar mais claro é preciso lembrar que já no mês de janeiro de 79 um grupo de acionistas resolveu participar das reuniões da Sucursal do Rio. Nesta época a maioria do coletivo até então existente dava imensa prioridade para discutir o jornal, discutir um projeto jornalístico. Nós acreditamos que sempre o resultado do nosso trabalho deve ser alvo de críticas, mas sem dúvida, não compartilhamos da concepção que dissocia o trabalho de sustentação de uma sucursal (envio de matérias, venda de assinaturas, jornais etc) da discussão política que alimenta a vida interna das sucursais.

Nós começamos a trabalhar para o EM TEMPO, aqui no Rio, bem na época em que a crise interna à Frente Jornalística se acirra, chegando ao limite quando da última reunião do CEA, uma grande parte dos conselheiros vota pelo fechamento do jornal. Diga-se de passagem que todos os quatro conselheiros cariocas comungavam da opinião de que EM TEMPO precisava parar. Não achamos relevante repetir aqui toda a discussão ocorrida na Frente Jornalística nos últimos meses, pois toda ela foi reproduzida nas páginas de nossas edições, especialmente de nº 52 e 53.

Assumimos as tarefas da Sucursal quando, numa reunião da mesma, um grupo de acionistas ali presentes decidiu desativar a Sucursal e passar somente a discutir um novo projeto jornalístico, desta vez formalizando seus propósitos.

Os companheiros mencionaram que as greves e as lutas populares atingem

hoje diversos setores da população. EM TEMPO, pelo nosso trabalho aqui no Rio, cobriu a greve dos professores, o Encontro Nacional das Mulheres, o movimento dos profissionais de saúde. Enviamos uma série de artigos para o jornal, retomamos a venda direta e atualmente procuramos uma sala, para voltarmos ao funcionamento normal da nossa Sucursal.

Sabemos que ainda não conseguimos um semanário «colado ao tempo presente», mas tampouco acreditamos que defunto algum conseguirá fazê-lo. 250.000 operários pararam as máquinas em São Paulo e EM TEMPO estava lá. E os companheiros? Estão ampliando o público potencial de um semanário popular de maneira mais concreta?

Temos certeza que o trabalho sistemático, a correção dos princípios da Frente Jornalística, a avaliação permanente dos passos que damos e que daremos, levará ao fortalecimento do EM TEMPO. Que no seu papel específico possa contribuir na luta por liberdades democráticas, desde o ponto de vista dos trabalhadores, como dizia seu projeto de fundação.

A última Assembléia Geral da Editora Aparte S/A, realizada em 4 de março, marcou uma nova Assembléia para 29 de abril próximo. Até lá, todos os trabalhadores e colaboradores do EM TEMPO manterão uma discussão interna sobre temas fundamentais para a sustentação do semanário. Aqui no Rio, pretendemos contribuir ativamente para a preparação da Assembléia Geral e desde já convidamos todos os que compartilham do projeto da Frente Jornalística, assim como os antigos membros da Sucursal a participarem deste debate e da vida interna do EM TEMPO. (Rio de Janeiro, 23 de março de 1979 — Sucursal do Rio).

Vitória metalúrgica: 20%

Os metalúrgicos da Cimetal Siderúrgica S/A, em Barão de Cocais/MG, após 9 dias de greve arrancaram da empresa um aumento de 20%, consolidando sua organização em torno do Sindicato e passando por cima da data-base.

Da sucursal

Depois de nove dias parada, a chaminé da fábrica voltou a soltar baforadas sobre Barão de Cocais, cidade de 12.000 habitantes, situada no Vale do Aço. Só que desta vez a fumaça tinha um significado muito importante. Era o sinal da vitória da greve dos 1.500 metalúrgicos da Cimetal Siderúrgica S/A.

A campanha salarial durou cerca de 4 meses e teve seu ponto alto na assembléia do último dia 15. Nela, os 800 operários decidiram pela paralisação e o clima era de euforia. Primeiro falou o presidente e do Sindicato, Osmar Martins: «Queremos tornar públicos os atos das empresas que mantêm os operários na miséria, bem como o sistema que lhes dá sustentação. O operário está se transformando num instrumento de satisfação

da ganância dos empresários. Basta entrar numa usina siderúrgica para ver porque o metalúrgico, em pouco tempo, se torna um farrapo humano. A empresa mantém os trabalhadores sob um regime de terror para garantir os miseráveis salários que paga». E após denunciar as pressões da Cimetal nesta campanha, concluiu: «cabe a nós, trabalhadores, lutar pela construção de uma sociedade mais justa e mais humana, a qual alcançaremos custe o que custar».

«Nem vaca dá leite dentro da Cimetal»

Durante toda a assembléia, o tom continuou forte e a palavra greve era repetida como uma necessidade urgente. «Eu acho que tá na hora da onça beber água. Aquele que não assumir seu papel é mais do que medroso: é covarde», dizia um operá-

rio. Outro falou: «todo mundo tá cansado de saber que a Cimetal é boa. É igual a um boi.

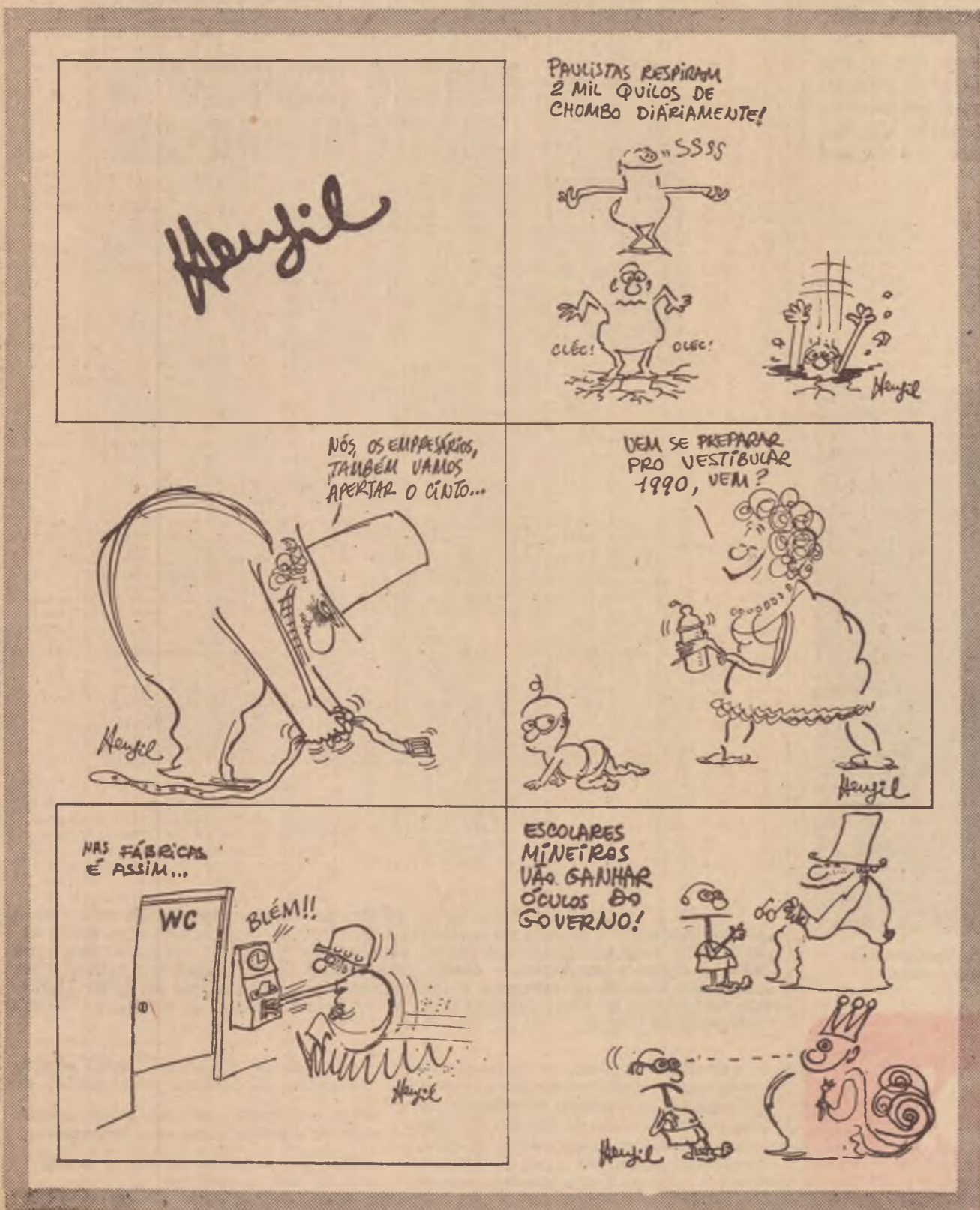
Só que esse boi dá cria só para uns. Prá quem tá aqui dentro desta casa: nem vaca dá leite dentro da Cimetal. Quero que todo mundo saiba que a vaca é braba e o laço forte. Todo mundo unido segura essa vaca se o laço arrebentar, nós pela ela na unha seca», interrompe um outro do plenário, provocando calorosos aplausos da assembléia.

E de fato, naquela mesma noite, a fábrica parou. Durante os nove dias não houve sequer um fura-greve. Apenas o pessoal encarregado de manter as atividades, cuja paralisação implicaria em danos ao patrimônio da empresa, continuou trabalhando. A assembléia foi declarada permanente e o Sindicato manteve suas portas abertas durante todo movimento, contando com a colaboração dos operários que organizaram rodízios para garantir a realização das assembléias.

Vitória, apesar das pressões.

Nem mesmo a reação da Cimetal conseguiu quebrar a

unidade do movimento grevista. Boletins aterrorizando as famílias. Ameaças de supervisores, jogando seus carros sobre operários, retenção do dinheiro da Cooperativa de Consumo dos Metalúrgicos, entre outras, foram as primeiras respostas da empresa, que só concordava em falar sobre adiantamento. Esse adiantamento — de 10% segundo a proposta patronal — seria descontado em julho, na data-base do dissídio da categoria. A essa proposta, a assembléia respondeu com uma única alternativa: GREVE. Da parte das autoridades, a pressão continuava: a polícia ameaçando prender os grevistas e a Justiça do Trabalho ameaçando decretar a ilegalidade da greve. Por fim, após 3 reuniões conciliatórias, os patrões não tiveram outra alternativa senão ceder às reivindicações básicas: 20% de aumento a partir de primeiro de março, mudança na escala de revezamento de turnos a partir de setembro e pagamento da metade dos dias de greve. Por causa disso é que os operários estão dizendo que desta vez a onça bebeu água mesmo.



MDB foge da raia

Sob o argumento de não sujar as mãos com as leis da ditadura, setores do MDB gaúcho tentam esvaziar a campanha pelas diretas para as Capitais condenando qualquer medida judicial e aceitando a continuidade do atual prefeito. No entanto o argumento se «esquece» de que os mesmos parlamentares são consentidos pela própria ditadura.

Por Raul Pont

E o MDB acabou fugindo da raia. E isso aí. Assustou-se com a possibilidade de um enfrentamento que ele mesmo iniciara.

Após encampar a tese defendida pela Tendência Socialista e o Setor Jovem de Porto Alegre, o MDB gaúcho lançou-se na campanha pelas eleições diretas para prefeito nas áreas de segurança, estâncias hidrominerais e capitais de Estado. A campanha foi aprovada em memorável reunião do Diretório Regional do partido onde nem o prestígio de seu líder Pedro Simon impediu a decisão de luta aberta, sem negociações. A votação de 23 votos contra cinco não deixou dúvidas. Parecia que desta vez o partido iria realmente vestir a camiseta e buscar nas ruas o respaldo popular. Cartazes, panfletos, comícios relâmpagos com a presença de deputados e onde lideranças sindicais e estudantis e os próprios transeuntes falavam, davam uma nova coloração ao MDB gaúcho, que, normalmente não foge a regra geral de não ultrapassar as batalhas verbais do parlamento.

A cobertura da imprensa e o mutismo do novo governador em relação ao novo prefeito evidenciavam que a campanha conseguia resultados. A oposição estava nas ruas com uma bandeira popular e concretizando uma luta sentida diariamente pelos moradores das vilas periféricas, excluídos das obras e investimentos públicos, em saneamento e urbanização.

A ampliação do movimento retornava aos debates parlamentares e sua ressonância aumentava ainda mais. Enfim, parecia que a «frente das oposi-

ções» superava seu papel de simples denúncia e resistência, e partia para a ofensiva.

A contra ofensiva de Amaral

Sentindo o impasse que seria criado, o novo governador Amaral de Souza deu sua cartada. Tirando da manga uma interpretação subjetiva da Constituição do Estado, manteve na prefeitura Guilherme Socias Villela, o atual prefeito. Este no entender do governador, já foi ratificado pela Assembléia em 1975, não necessitaria, portanto, novo referendo.

Os opositores confundiram-se. Já haviam se equivocado ao não dar curso rápido a emenda Lélcio Souza, que não passava de uma redundância jurídica. Isto é, explicitar casuisticamente o que já diz na Constituição do Estado. Seria um reforço, uma garantia, para impedir que o Governador utilizasse exatamente esse trufo. O motivo alegado pela maioria dos emedebistas: purismo democrático. «Não podemos utilizar a legislação ditatorial para combatê-la», afirmavam uns; «Não podemos chegar por via indireta à Prefeitura» diziam outros. Ou seja, os emedebistas gaúchos recusavam-se a sujar as mãos com essas impurezas. Esses senhores ainda não perceberam que são deputados num regime ditatorial? Ora, seria ingênuo de nossa parte acreditar em tanta ingenuidade.

O que a maioria das direções partidárias fez foi, simplesmente, abandonar uma luta que crescia e caminhava para a criação de um impasse. Não um obstáculo intransponível para o regime, mas um impasse que fortaleceria e ampliaria ainda mais a luta nas ruas e

nas vilas, além, obviamente de influir no Congresso onde tramita a emenda Benevides, que retoma a eleição livre e direta para as prefeituras. Bastava para isso que o MDB utilizasse também os recursos jurídicos e legais, ainda que estas regras do jogo sejam viciadas e alteradas ao bel prazer do Planalto. Evidenciar isso, desmascarar a falsa legalidade ditatorial também é tarefa da Oposição.

Derrota total ou há saída?

«Era apenas um xeque», afirmava, desiludido o deputado Américo Copetti após a reunião da bancada, do Diretório, de vereadores, que na terça-feira, dia 20, decidiu por «consenso majoritário», pois não houve votação, o recuo. O MDB desistia de manter o enfrentamento e apenas denunciava o «caráter ilegal e antidemocrático» da atitude do sr. Governador.

Para o deputado Américo Copetti, «o MDB não quis criar o impasse. A lógica jurídica, o bom senso, a ética, inclusive, mostra de forma evidente que o mandato do prefeito encerra com o de quem o nomeou».

«Não era um xeque-mate», continua Copetti, «era apenas um xeque. Se o governo virasse o tabuleiro, ou trapaceasse com a dama mudando seus movimentos, o problema é dele e não nosso. Não há contradição em manter a luta pelas eleições diretas e criar um impasse jurídico com legislação arbitrária existente. O presidente da Câmara, circunstancialmente é do MDB, poderia ser da Arena, como também sua posse não extinguiria a luta pelas eleições diretas. Apenas a ampliaria e criaria um fato novo no País. Entendo que o recurso do mandato de segurança pode e deve ser utilizado pelo presidente da Câmara de Vereadores. Ele teve sua expectativa de direito fraudada, pois — para mim — o cargo de prefeito está vago. Este é um recurso que o MDB ainda pode utilizar, para reacender a luta pelas eleições diretas», concluiu Copetti.

Joaquim de Alencar Seixas

Torturado e morto

Ivan Akselrud de Seixas e seu pai, Joaquim de Alencar Seixas, foram presos no dia 16 de abril de 1971 e encaminhados para a sede da Operação Bandeirante, Oban.

Lá sofreram torturas que acabaram causando a morte de seu pai e, segundo Ivan, «os que mataram meu pai mesmo foram, o David Araújo dos Santos, que na época usava o apelido de «Capitão Lisboa», o Pedro Ramiro e o capitão Dalmo Moniz Cirilo». Até agora David continua reprimido à solta.

Por L. Nadai
(Colaboração de Jesús Varela)

Joaquim Alencar de Seixas, operário metalúrgico paraense, «trabalhou a vida toda e sempre atuou em sindicatos» afirma seu filho Ivan Akselrud de Seixas. Logo após o golpe de 1964 foi despedido da refinaria Duque de Caxias, da Petrobrás, — onde trabalhava desde 1960 — principalmente por ter tido uma grande participação sindical. «A partir daí passou a integrar a «lista negra» — uma relação divulgada pelo governo contendo o nome de pessoas que não mereciam a confiança, nem do regime e nem dos patrões — assim nunca conseguiu emprego ou quando conseguia era por pouco tempo», segundo Ivan.

«Ele sempre foi um militante, continua, e isto não é crime nenhum, só numa ditadura». Quando Ivan e seu pai foram presos ambos eram militantes e «no meu interrogatório eu assumi que realmente era militante do Movimento Revolucionário Tiradentes — MRT. — o que não assumi foram as ações armadas de que éramos acusados». Nesta época Ivan tinha 16 anos de idade e ficou 6 meses incomunicável, juntamente com toda sua família, somente posta em liberdade em setembro de 1972.

Ivan continua preso e em novembro de 1972 vai para custódia da Justiça Militar apesar de ter sido atestado pelo próprio Instituto de Biotipologia Criminal da Penitenciária do Estado de São Paulo tratar-se Ivan de «um rapaz normal e equilibrado». Seu caso foi posteriormente transferido para o Juizado de Menores que determinou seu internamento na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, até que «cessasse sua periculosidade». Depois de um longo processo e de várias tentativas frustradas de sua família para libertá-lo, ele acabou sendo colocado em liberdade em 20 de agosto de 1976, depois de 5 anos e quatro meses de prisão. Eis o relato de Ivan sobre a prisão e morte de seu pai.

ONDE É O PONTO

«No dia 16 de abril de 1971, às 10 horas da manhã, eu e meu pai fomos encontrados com um amigo, um companheiro nosso, na avenida do Vergueiro, 9.000 — esquina com uma padaria. Nós chegamos lá, mas o nosso companheiro já tinha sido preso e falado onde nós íamos encontrar e aí a repressão avançou

contra a gente. Nós estávamos sentados no carro lendo um jornal, quando nos metralharam, sendo que não tínhamos arma nenhuma. Depois avançaram com uma perua em cima da gente e nos prenderam. Quer dizer, foi praticamente um sequestro.

Imediatamente tiraram nossa carteira, nosso dinheiro, nosso relógio e tudo mais. E o que mais gostam, inclusive eu tinha Cr\$ 20,00 e botaram na ficha que eu tinha Cr\$ 5,00 e meu pai tinha Cr\$ 200,00 que ia emprestar para um amigo e disseram que ele, também, só tinha Cr\$ 5,00. Dai nós fomos para a altura do número 6000 da rua Vergueiro, na 37ª Delegacia e lá ficamos no pátio para eles trocarem os carros do esquema e pegarem a C-14 de transporte. Neste lugar nós fomos espancados e eles encostaram a carabina na minha cabeça e disseram que era para meu pai falar onde se encontrava o «ponto», onde era minha casa e outras perguntas, pois senão me matariam. Meu pai e eu dissemos que não tínhamos nada para dizer e eles continuaram a bater até sermos jogados dentro do carro. Dai fomos para a Oban (Operação Bandeirantes).

Quando chegamos, era hora da troca do plantão e o pátio da Oban estava cheio. Todos os que saíam e os que entravam estavam lá.

Assim que entramos já gritaram «Olha o que nós pegamos, o Seixas e o filho dele». Eu e meu pai, que estávamos algemados por uma algema só, começamos a ser espancados e, à medida que revidamos a pancadaria aumentou ao ponto que, num determinado momento, a parte da minha algema se abriu e meu pai foi para um lado e eu para outro. Assim me separei do meu pai e aí, só de relance — entre um murro e outro — eu conseguia levantar a cabeça e ver o meu pai.

Em seguida levaram para o pau-de-arara. Hoje em dia a sala de tortura do DOI-CODI, (antiga Oban) é no prédio novo, cela de um lado e do outro, ao lado uma porta preta e saindo dali tem uma escada. Do lado da escada tem uma salincha, com um exaustor e toda revestida de material acústico para não permitir a saída de som. Naquela época não era ali, a sala da tortura ficava num prédio em cima do rancho, bem grande, com uma divisão de eucatex no meio, de modo a

formar duas salas separadas, com portas independentes. Numa das salas eu fiquei, no pau-de-arara e meu pai na outra, na cadeira do dragão. Nós gritávamos muito, que até os vizinhos ouviam perfeitamente, inclusive, um companheiro, mais tarde, chegou a me dizer que na hora que estávamos sendo espancados, lá em baixo — no pátio — os vizinhos teriam saído nas escadas dos prédios que dão para o pátio e gritado «Parem com isto, parem com isto» e a única resposta que deram foi apontar as armas para a população dizendo, «vocês não tem nada com isso e sumam daqui».

TORTURA ATÉ A MORTE

Bem, nós fomos torturados desde a hora que chegamos. Eu era torturado com duas máquinas de choque, a tal máquina média e grande. São três tipos: a pequena para mulheres, a média que é para homens e mulheres mais resistentes e a grande — vermelha — que é para homens mais fortes. Meu pai foi torturado com a máquina grande e depois, como ele resistisse, eles passaram a colocar 220 volts direto da tomada.

Lá pelas duas horas da tarde eles queriam que eu dissesse onde era minha casa, abrisse alguns pontos e outras informações. Eu tinha um encontro com um companheiro na Vila Mariana e eu abri o ponto dizendo que era no Brooklin, dai me tiraram do pau-de-arara, enquanto se preparavam para cobrir o ponto. Mas eles tinham dois problemas para me levarem, o primeiro era que não conseguia andar por causa do pau-de-arara e o segundo é que eu poderia estar fazendo «manha», fingindo, e quando chegasse no lugar eu poderia sair correndo e no meio do povo e conseguir fugir, assim resolveram levar um outro companheiro. Quem comandou a equipe que cobriu o ponto foi o delegado Otávio Moreira Junior, o tal de Otavinho, que voltou tucíssimo da vida, uma fera, porque eu tinha aberto um ponto frio, e me espancou muito utilizando um sarrafo de cinco centímetros de largura.

No entanto, de passagem, quando eu desci para o andar de baixo passei em frente da porta da sala onde estava meu pai e o vi sendo torturado. Os torturadores que participavam da tortura a mim e a meu pai eram praticamente os mesmos e de nome eu conheço os seguintes: David Araújo dos Santos; Pedro Ramiro, que depois foi identificado como sendo Pedro Mira Gracieri — o homem da âncora; o delegado Amice; um boçal que os próprios torturadores chamavam de bucéfalo e o então capitão Dalmo Moniz Cirilo, vice-comandante da Oban, que estava participando da tortura porque considerava meu pai muito importante. Autorizando tudo isto estava o major Carlos Alberto Brilhante Ustra e tinha, também outros torturadores que eu não lembro o nome. Os que mataram meu pai mesmo foram, David Araújo dos Santos o que na época usava o apelido de «Capitão Lisboa», o Pedro Ramiro e o capitão Dalmo Moniz Cirilo».



“Folha da Tarde” matou primeiro

«Eu fui torturado até as 19 horas, mais ou menos, quando me obrigaram a revelar onde era minha casa. Acabei fazendo, levei-os até lá e, então, prenderam a minha família e começaram o saque, procurando material que pudesse nos comprometer, ao mesmo tempo que apanhavam tudo o que encontravam, relógios, móveis e dinheiro. Levaram até um cheque em branco assinado por meu pai para minha mãe e depois de algum tempo fiquei sabendo que retiraram nosso dinheiro do banco. Os colchões de nossa casa acabaram servindo para nós e outros presos utilizarmos lá nas celas da Oban.

Depois disso me levaram para que eu localizasse a casa de um companheiro numa determinada região que eles supunham. Logicamente, como eu fiquei calado rodaram comigo a noite toda e não acharam nada. Enquanto isso meu pai continuava sendo torturado. Às 8 horas da manhã eles me levaram de volta para a Oban, e me deixaram — umas duas horas — para eu dormir um pouco. Às dez horas da manhã me tiraram para me ameaçarem com um fuzilamento, que seria na avenida do Cursino. No meio do caminho eu vi, numa banca de jornal, que estava estampada — na Folha da Tarde — a notícia da morte do meu pai, era 17 de abril. Mas acontece que ele ainda estava vivo e a notícia da sua morte já estava lá.

Meu pai só vai morrer no dia 17, um dia após a prisão, lá pelas oito horas da noite, mais ou menos. Minha mãe estava presa numa sala embaixo da sala de torturas e ela ouvia o tempo todo ele dizer «vão pra puta, que te pariu», «não tenho nada pra falar»... e os torturadores gritando. Minha mãe embaixo ouvindo tudo e a tortura acontecendo em cima com meu pai. Lá pelas oito horas da noite ela percebeu que o barulho parou e ouviu pessoas descendo a escada — que fica em frente da sala onde ela estava — rapidamente se colocou na ponta dos pés, olhando pelo vidro da sala, e viu que eles encostaram uma perua C-14, abriram o porta-malas, e, logo chegou, uma maca onde tinha um corpo com a cabeça envolta em jornais, sendo que as roupas e sapatos que estavam no corpo era do meu pai. Pelas mãos e braços ela reconhe-

ceu, também era o marido dela e ela tinha que reconhecer.

ESTE É O SEIXAS

Eles pegaram meu pai, pelos pés e pelas mãos e o colocaram na perua. Então, um outro torturador que estava se aproximando perguntou: «De quem é esse presuntos e eles responderam: «Este é do Seixas». Isto foi no dia 17 à noite, sendo que a notícia já tinha sido dada pelos jornais.

A verdadeira história é essa que eu estou contando aqui. A versão oficial é aquela que saiu nos jornais: morreu o assassino, terrorista em troca de tiros, etc. Há um fato interessante, mesmo intrigante, isto é, uma terceira versão. Esta versão fica para os arquivos da repressão. E eu não sei para que serve; talvez para o futuro, para mostrar que se não foi o que eles mesmo disseram também, não foi o que a esquerda disse. Eu sei essa versão porque eu li na pasta do processo de meu pai, lá dos arquivos da Oban, mostrado por um dos que me torturaram que me disse: «Leia isto aí e me diga o que você tem a falar desse material todo». Na pasta tinha documentos de organização, documentos pessoais de meu pai xerografados, tinha várias coisas e atrás da pasta, no final, tinha um pedido de busca para saírem com tal viatura, com tais armamentos, com tal pessoal, assinado pelo comandante da equipe de busca.

E nesse pedido de busca que consta esta terceira versão. Segundo ela, meu pai teria sido levado para cobrir um ponto na avenida do Cursino, 5000. Chegando lá, meu pai, que estaria na Perua C-14, algemado, ao lado do motorista — que transportava também os policiais — agrade o motorista, abre a porta e sai correndo. Neste exato momento passa uma segunda C-14, com supostos companheiros da organização de meu pai, que metralham os policiais atingindo a perua, só que as balas, acidentalmente, teriam atingido também meu pai, que ferido cai numa ribanceira. Seus supostos companheiros conseguem fugir e os policiais descem a ribanceira, socorrem meu pai, sendo que ele morre a caminho do hospital. Esta é a terceira versão e seria interessante a gente saber porque ela existe».

Eles estão aí

No dia nacional de protesto contra a posse do general Figueiredo realizado em São Paulo em frente da Assembleia Legislativa um dos diretores da União Estadual dos Estudantes de São Paulo foi violentamente agarrado e preso pelo Delegado de Polícia, David Araújo dos Santos, hoje a serviço do Departamento Estadual de Investigações Criminais —Deic. Para todos os manifestantes não passava de mais um agente de repressão, entre tantos outros e jamais podiam imaginar que se tratava do 17º nome de uma lista de 233 torturadores acusados por presos políticos. (publicada pelo EM TEMPO 17).

Segundo esta denúncia e de acordo com o depoimento de Ivan Akselrud de Seixas (ver entrevista acima), «Capitão Lisboa», codinome de Delegado David, no período de 1970/1971 fazia parte da equipe B de interrogatório do DOI/CODI (Oban), sendo — em meados de 1971 — transferido para a equipe de busca.

Com uma barba bastante vistosa, o «Capitão Lisboa» talvez esperasse passar despercebido aos participantes do ato de protesto. Realmente se não fosse a publicação de sua foto (no momento da prisão do diretor da UEE-SP) pelo jornal «Folha de São Paulo», provavelmente teria tido sucesso e poderia continuar reprimido sem ser identificado. No entanto, entre outros, Ivan, também o identificou. No período de 1970/1971 «Capitão Lisboa», segundo lembra Ivan não usava barba, mas sua expressão facial e fisionomia são inconfundíveis e o distarce da barba foi insuficiente.

Já em 27 de fevereiro de 1973, durante o enterro do Delegado Otávio Gonçalves Moreira Junior, apelidado de «Otavinho», David Araújo dos Santos também aparece fotografado pelo «Jornal da Tarde». Segundo publicação do Comitê de Solidariedade aos Revolucionários Brasileiros, realizada em Lisboa, em 1976, «Otavinho» era «delegado-torturador e chefe de equipe de busca do DOI-CODI; teve destacada atuação em dezenas de assassinatos: instrutor militar e integrante



das organizações fascistas: Comando de Caça aos Comunistas CCC e Sociedade Brasileira de

Defesa da Tradição, Família e Propriedade — TFP». Pois é, os «homens estão a solta».

EM TEMPO!

FOLHA DA TARDE

Cr\$ 0,40



No dia 17 de abril de 1971 o jornal «Folha da Tarde» juntamente com outros jornais publicava a notícia da morte de Joaquim de Alencar Seixas com muito es-tardalhaço, bem ao agrado dos órgãos repressivos. Neste dia, segundo releve seu filho, Joaquim ainda estava e sendo torturado na Oban. Seixas era acusado por uma série enorme de crimes e principalmente pelo assassinato de Albert Boile-sen, presidente da Cia. Ultragaz S/A. A seguir um resumo da notícia publicada pelo referido jornal.

«Agindo com rapidez, os órgãos de segurança interna identificaram, ontem, um dos participantes do assassinato do industrial Hen-rang Boile-sen: trata-se de Joaquim de Alencar Seixas, pertencente à organização subversiva denominada MRT». Ele reagiu violentamente à ordem de prisão e morreu na troca de tiros

com os policiais. Em seguida, ainda segundo o matutino, foi localizado o «aparelho» de

Seixas juntamente com uma grande quantidade de material subversivo, armamentos, bombas de alto poder explosivo, uma impressora «Offi set», relógios, etc.